



**Instituto Superior
de Contabilidade e Administração**
Politécnico de Coimbra

Transição do POCAL para o SNC-AP: Estudo sobre os ativos fixos tangíveis

Relatório de Estágio

Relatório de estágio submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em **Contabilidade e Fiscalidade Empresarial**, realizado sob a orientação do Professor Doutor Miguel Maria Carvalho Lira

José Tomé Mateus Dias

Coimbra, Julho de 2021

Termo de responsabilidade

Eu, José Tomé Mateus Dias, declaro ser o autor deste relatório de estágio, que constitui um trabalho original e inédito, com o objetivo de ser exclusivamente submetido e avaliado nesta habilitação e instituição académica.

Tomando conhecimento de que o plágio, a utilização de palavras de outrem como sendo as minhas próprias, constitui uma grave falta de ética e que pode resultar na anulação deste relatório, também declaro que todas as informações deste relatório se encontram devidamente fundamentadas e com as citações devidamente identificadas.

Dedicatória

Dedico este trabalho

Ao meu pai e à minha mãe,

Aos meus irmãos, Raquel e João

E à minha avó Maria dos Anjos, de quem todos nós sentimos a falta.

Agradecimentos

Após aquela que foi uma das maiores experiências a nível pessoal e profissional, gostaria de deixar os meus agradecimentos a várias pessoas que fizeram parte dessa experiência.

Ao Município de Oleiros, representado pelo senhor Presidente Fernando Jorge, vereador Victor Antunes e chefe de gabinete Dr. Luís Mendes, pela oportunidade disponibilizada para trabalhar na instituição que gere o concelho onde cresci e passei a estimar.

À Dr.ª Raquel Tavares e à Dr.ª Suzana Lourenço, que orientaram o estágio e as principais tarefas, que me ajudaram a compreender o funcionamento das entidades públicas e que terei em consideração pelo enorme profissionalismo e simpatia.

À Telma dos Santos, com a qual se fizeram várias tarefas e cujos conhecimentos, adquiridos no ISCAC, foram muito úteis.

Ao ISCAC e aos professores que fizeram parte do mestrado, pela aprendizagem fornecida e pela simpatia demonstrada.

À professora Guilhermina Freitas e ao professor Miguel Lira, pela ajuda dada e pelas ideias que sugeriram para enriquecer este relatório.

À minha família e aos meus amigos, que nunca deixaram de me desejar boa sorte em todo o tempo em que estive no mestrado.

Em particular aos meus pais e aos meus irmãos, o meu apoio mais próximo e mais importante.

A todos, um grande Muito Obrigado.

Resumo

Este relatório tem como principal objetivo relatar as atividades previstas e executadas durante o estágio que decorreu no Município de Oleiros.

No âmbito do PEPAL, o Município de Oleiros, tal como outros municípios deste país, abriu vagas para estágios. Uma dessas vagas requeria licenciados em contabilidade e auditoria, e que incluía tarefas de suporte à contabilidade, recursos humanos e património. Foi esta a vaga que foi preenchida por mim e que serve de base a este mesmo relatório.

A transição do POCAL para o SNC-AP não estava, ainda durante o estágio, totalmente realizada, e isso deu origem a uma tarefa de estudo, com foco nos AFT's e PI's de património imóvel. Esta investigação permitiu uma melhor compreensão dessa transição, e forneceu um tema interessante para ser desenvolvido neste relatório.

Este estudo recorreu a informações fornecidas pelo CNC por correspondência electrónica, dados do património municipal e critérios do SNC-AP, pelo que será anexa a informação mais relevante.

Palavras-chave: Contabilidade Pública, Património, Imóveis, POCAL, SNC-AP

Abstract

This report has as main objective report the expected and executed activities during the temporary job that happened in the Municipality of Oleiros.

Accordingly to PEPAL, the Municipality of Oleiros, just as other municipalities of this country, opened windows por temporary jobs. One of those windows requested graded personal in accounting and auditory, and included tasks in support of accounting, human resources and inventory. This was the window that was filled and serves as support to this very report.

The transition from the POCAL to the SNC-AP was not, yet during the job, totally implemented, and that gave origin to a study, focused on the AFT's and PI's of buildings, infrastructures and terrains. This investigation allowed a better understanding of the transition, and supplied an interesting theme to be developed in this report.

This study recurred to informations supplied by CNC by electronic mail, municipal's data and SNC'AP's criteria, where the most important data will be anexed.

Keywords: Public Accounting, Inventory, Buildings, POCAL, SNC-AP

Índice Geral

Introdução.....	1
Capítulo I – Descrição da entidade.....	2
1.1 - Município de Oleiros	3
1.2 - História do concelho	5
1.3 – Serviços.....	6
Capítulo II – Tarefas do estágio	7
2.1 - Génese do estágio/Candidatura	8
2.2 - Objetivos do estágio.....	9
2.3 - Orientador do estágio	10
2.4 - Tarefas desempenhadas	11
2.4.1 - Recursos Humanos/Fichas de funcionários	11
2.4.2 - Património/Bens móveis/Faturas	15
2.4.3 - Despachos/Propostas.....	17
2.4.4 - Veículos	18
2.4.5 - Ordens de Pagamento/Requisições/Recibos	20
2.4.6 - Expediente	21
2.4.7 - Contabilidade de Custos	22
2.4.8 - Outras tarefas.....	24
Capítulo III – Tema teórico	25
3.1 - Os ativos fixos tangíveis	26
3.2 - Introdução do SNC-AP.....	28
3.4 - Impacto sobre os ativos fixos tangíveis.....	30
3.5 – Mensuração dos ativos fixos tangíveis.....	33
3.6 - Transição do POCAL para o SNC-AP e impacto nos ativos fixos tangíveis	36
3.7 – Explicação da Comissão de Normalização Contabilística	38
Capítulo IV - Estudo prático.....	39
4.1 - Atividade – Impacto da transição do POCAL para o SNC-AP nos bens imóveis.....	40
4.2 - Hipóteses de estudo.....	42
4.2.1 – Hipótese 1.....	42
4.2.2 - Hipótese 2	42
4.2.3 - Hipótese 3	43
4.3 - Casos/Exemplos	44
4.4 - Exploração dos exemplos e das hipóteses	45

4.4.1 - Hipótese 1	45
4.4.2 - Hipótese 2	46
4.4.3 - Hipótese 3	47
Análise crítica do estudo	52
Análise crítica do estágio.....	53
Conclusão	54
Referências Bibliográficas	55
Documentos (livros, artigos, dissertações)	55
Legislação	56
Webgrafia	56
Anexos	57
Anexo I – Heráldica.....	57
Anexo II – Correspondência CNC /Município de Oleiros	58

Índice de Figuras

Figura 1 - Vista da vila de Oleiros	3
Figura 2 - Localização do Concelho de Oleiros - Freguesias.....	3
Figura 3 - Organigrama do Município de Oleiros	6
Figura 4 - Screenshot do SGP	13
Figura 5 - Screenshot do SGP, com os documentos dos funcionários	13

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Dados estatísticos do Concelho de Oleiros	4
Tabela 2 - Objetivos e atividades previstas no contrato	9
Tabela 3 - Documentos da Secção de Património.....	15
Tabela 4 - Comparações sobre o reconhecimento de AFT's, entre o POCAL, o SNC-AP e o SNC30	
Tabela 5 - Comparações sobre o reconhecimento de AFT's, entre o POCAL, o SNC-AP e o SNC (continuação)	31
Tabela 6 - Resumo da NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis	32
Tabela 7 - A mensuração dos AFT segundo o POCAL e o CIBE.....	33
Tabela 8 - A mensuração dos AFT segundo a NCP nº 5 do SNC-AP	34
Tabela 9 - Lista de tipos de construção, com a respetiva vida útil.....	34
Tabela 10 - Critérios de revalorização do CC2.....	35
Tabela 11 - H1: Dados obtidos	45
Tabela 12 - H1: Resultados obtidos.....	45
Tabela 13 - H2: Dados obtidos	46
Tabela 14 - H2: Resultados obtidos.....	46
Tabela 15 - H3: Cabeçalho de dados	47
Tabela 16 - H3: Método de cálculo de Depreciação e Quantia Escriturada	47
Tabela 17 - H3: Método de cálculo de Depreciação e Quantia Escriturada, com situação de revalorização	48
Tabela 18 - H3: Aplicação da transição do POCAL para o SNC-AP nos cálculos.....	48
Tabela 19 - H3: Dados obtidos - Nova vida útil	49
Tabela 20 - H3: Resultados obtidos do bem nº 40001	49
Tabela 21 - H3: Resultados obtidos do bem nº 40002.....	49
Tabela 22 - H3: Resultados obtidos do bem nº 40003	50
Tabela 23 - H3: Resultados obtidos do bem nº 40004.....	51

Lista de iniciais

AIRC – Associação de Informática da Região Centro

AFT – Ativo Fixo Tangível

CC2 – Classificador Complementar 2

CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado

CIIDE – Cadastro e Inventário dos Imóveis e Direitos do Estado

CIME – Cadastro e Inventário dos Móveis do Estado

CIVE – Cadastro e Inventário dos Veículos do Estado

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Local

PI – Propriedade de Investimento

POC – Plano Oficial de Contabilidade

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

POCP – Plano Oficial de Contabilidade Pública

SCA – Sistema de Contabilidade Autárquica

SGP – Sistema de Gestão de Pessoal

SIC – Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística – Administrações Públicas

SNP – Sistema de Normalização de Património

Introdução

O presente relatório tem como base o estágio que decorreu no Município de Oleiros, entre 3 de fevereiro de 2020 e 2 de fevereiro de 2021, e foi elaborado no âmbito da realização do 2º ano do Mestrado de Contabilidade e Fiscalidade Empresarial, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

O estágio surgiu no âmbito do PEPAL, do qual resultaram diversas vagas abertas pelo Município de Oleiros. Uma dessas vagas requeria licenciados em Contabilidade e Auditoria, a fim de prestar apoio à Divisão Administrativa e Financeira.

Decidi candidatar-me a esse estágio, principalmente por estas razões:

- A oportunidade de pôr em prática o que aprendera durante a licenciatura na ESGIN, em Idanha-a-Nova, e durante o mestrado do ISCAC, em Coimbra;
- Ter um contacto mais próximo com a contabilidade pública, uma perspetiva diferente que foi brevemente estudada durante a licenciatura;
- Poder trabalhar na terra de origem.

A candidatura foi aceite, e após verificação por parte do júri de todos os requisitos e de uma entrevista individual, foi classificada em primeiro lugar.

Este relatório divide-se em quatro partes:

- A primeira parte introduz a entidade onde se realizou o estágio, com uma descrição sobre a sua localização, a sua história, a sua composição e as suas responsabilidades;
- A segunda parte relata as atividades e os objetivos do estágio, destacando os motivos das tarefas e os métodos utilizados;
- A terceira parte introduz um tema teórico, desenvolvido com informação relevante para o seu estudo, obtida através de diversas pesquisas;
- A quarta parte desenvolve o tema teórico na sua vertente prática, com uma demonstração de cálculos baseados no seu impacto na entidade, estudado durante o estágio;
- A quinta e última parte apresenta a conclusão do relatório, com reflexões finais sobre a experiência do trabalho e da realização do trabalho.

Capítulo I – Descrição da entidade

O primeiro capítulo deste relatório foca-se na introdução e caracterização da entidade onde decorreu o estágio.

Este capítulo não tem influência direta no tema do relatório. Foi realizado com o propósito de dar a conhecer algumas características da localidade onde decorreu o estágio que poderiam ser interessantes e demonstrar também que houve interesse em saber mais sobre essa mesma localidade.

Segue-se depois uma descrição do funcionamento da entidade, através das suas funções e dos meios de que dispõe para a execução dessas mesmas funções.

1.1 – Município de Oleiros

Oleiros é uma vila, sede de freguesia de Oleiros-Amieira e sede do concelho de Oleiros (Figura 1).

O Município de Oleiros pertence ao Distrito de Castelo Branco. Faz fronteira a norte com o distrito de Coimbra, com o rio Zêzere a fazer de fronteira natural na maioria da sua extensão. No restante perímetro, faz fronteira com outros concelhos do distrito (figura 2).



Figura 1 - Vista da vila de Oleiros

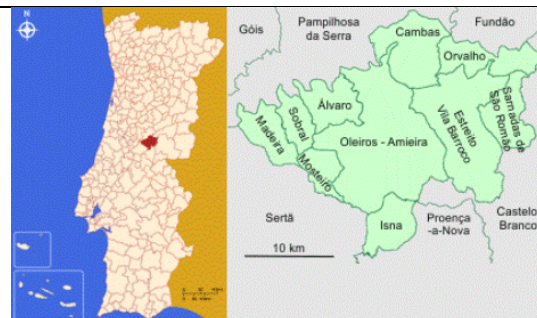


Figura 2 - Localização do Concelho de Oleiros - Freguesias

O concelho está enquadrado no Pinhal Interior Sul, um conjunto de concelhos que se caracterizam pela sua geografia acidentada, por se situarem numa zona recheada de montes e vales, por onde correm inúmeras ribeiras e outros cursos de água menores e pela predominância da floresta de pinheiro bravo.

A agricultura foi e ainda é a principal fonte de rendimento e subsistência da população residente. Divide-se entre a exploração florestal, sobretudo do pinheiro bravo, e entre a exploração agrícola em cereais e outros produtos hortícolas (Goulão, 2013).

O povoamento do concelho e a vida da população residente nunca foram fáceis, mesmo tendo em conta a existência e dispersão de localidades um pouco por todo o território. Os fatores mais importantes são: geografia muito acidentada, que torna difícil a deslocação pelo território e que torna isoladas as localidades; condições climatéricas rigorosas, com muito frio no inverno, muito calor no verão, muito vento nas zonas mais altas; solo pobre para a agricultura, com predominância das florestas e da vegetação rasteira; frequência de incêndios florestais no verão (Goulão, 2013).

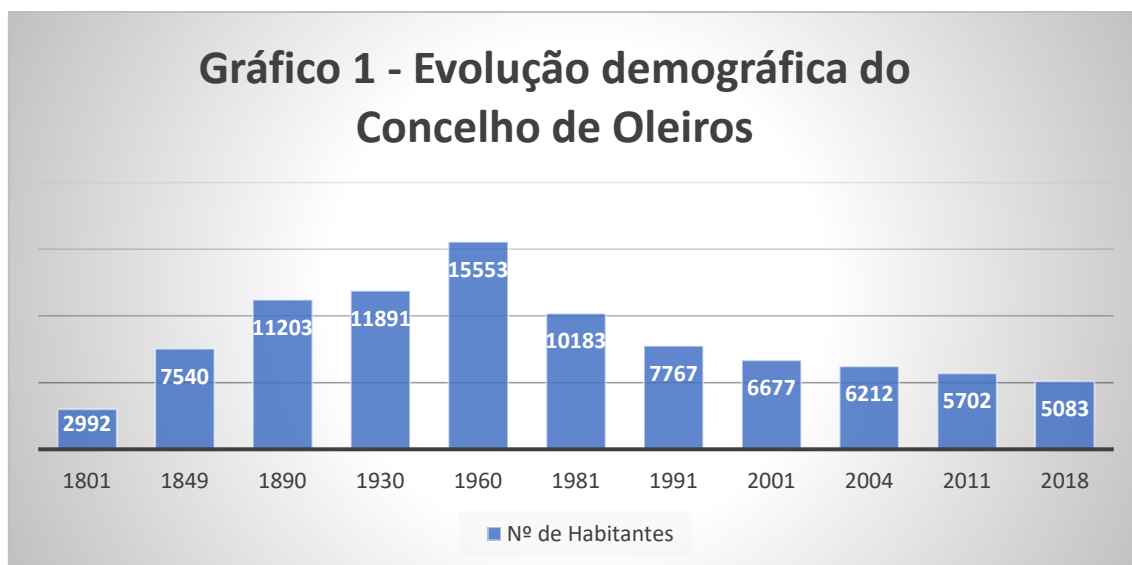
Um êxodo rural, que decorre desde o século XX, surge como consequência das dificuldades de povoamento na região. A grande melhoria das condições de vida e a modernização do país, sobretudo nas regiões litorais, levou ao despovoamento do concelho, à desertificação de pequenas localidades, à redução da população jovem e ativa e ao aumento da taxa de envelhecimento, como demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 - Dados estatísticos do Concelho de Oleiros

Dados sobre o Município (2018)	
População residente	5.083 Habitantes
Área de território	471.1 km2
Jovens (> 15 anos)	5.9%
População ativa (15-64 anos)	55.1%
Idosos (65 e mais anos)	39%
Nascimentos/Óbitos	14/97
Índice de envelhecimento (idosos por 100 jovens)	661%

Fonte: PORDATA

Embora reconhecendo que os métodos de recenseamento nem sempre calcularam com precisão a população durante séculos, o Gráfico 1 demonstra a evolução do concelho desde onde foi possível encontrar um número mais antigo até à atualidade. O gráfico demonstra bem o declínio da população, consequência das causas acima referidas.



Fonte: INE

1.2 – História do concelho

Não se tem a certeza da verdadeira antiguidade da vila. Alguns achados arqueológicos, tais como desenhos e algumas esculturas, indicam que a zona pode ter sido frequentada durante o período Neolítico, mas não existem provas suficientes para suportar a ideia de que a região já possuía habitantes.

O livro “MEMÓRIAS DA VILLA DE OLEIROS”, escrito por João Maria Pereira d’Amaral e Pimentel e datado de 1881, é atualmente uma das melhores fontes de informação para compreender a história do concelho e da vila de Oleiros.

O concelho pode ter sido habitado pela tribo dos Lusitanos, pelos seguintes motivos:

- Os Lusitanos utilizavam a orografia da região como defesa natural contra os romanos e o concelho de Oleiros, pela sua geografia acidentada, proximidade com as montanhas da Serra da Estrela e dificuldade de se deslocar nessa zona, podia servir de abrigo a indígenas e de posto defensivo para soldados;
- Crê-se que a vila de Sertã, próxima a Oleiros, tem esse nome por ter sido fundada por Sertório, patrício romano que se aliou aos lusitanos para fazer frente à ditadura do general romano Sila. As duas vilas conectam-se através do vale gerado pela ribeira de Sertã, que ainda é o melhor acesso à vila de Oleiros, pelo que a vila de Sertã pode ter sido construída para proteger esse acesso.

A Ordem Religiosa dos Hospitalários, durante o reinado de D. Afonso Henriques, recebeu terras do território conquistado pelos portugueses, que incluíam atuais concelhos dos distritos de Castelo Branco e Portalegre, estabelecendo a sua sede do priorado em Crato. As terras de Oleiros foram doadas a 13 de junho de 1194, por D. Sancho I e receberam o seu primeiro foral no ano de 1232, emitido por D. Mendo Gonçalves, prior da Ordem. Estas datas e documentos são as provas mais antigas da existência de Oleiros como povoação, bem como de algumas aldeias próximas.

O envolvimento de Portugal nas Guerras dos Sete Anos e Napoleónicas fez com que a região fosse invadida por exércitos estrangeiros. Em ambas as situações, a fuga dos habitantes locais para as montanhas diminuiu a perda de vidas humanas e a terra queimada foi a estratégia utilizada contra os invasores.

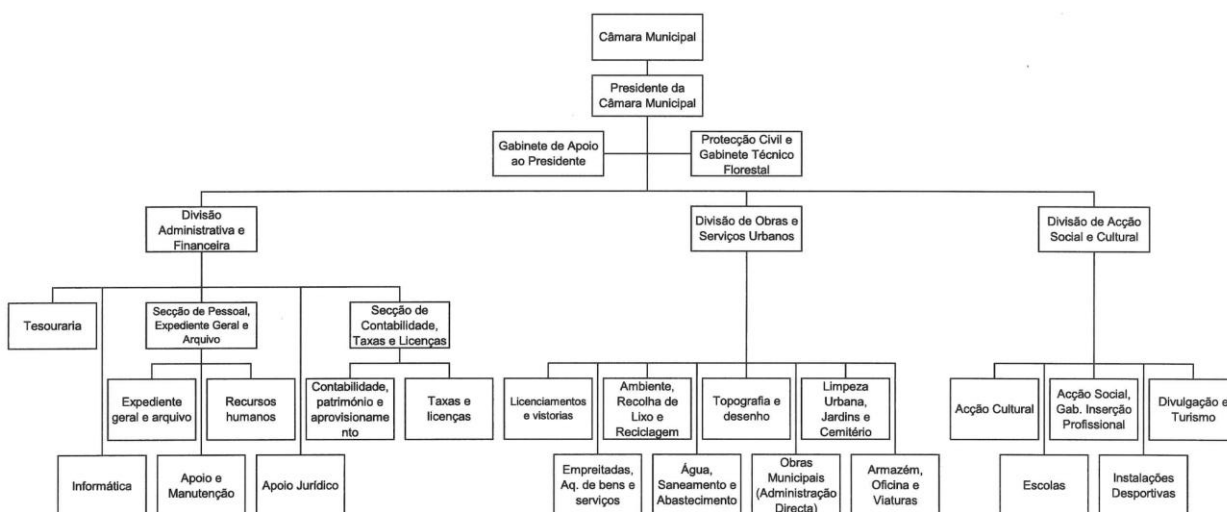
O concelho foi extinto pelo Decreto de 14 de janeiro de 1868 e as suas terras foram distribuídas pelos concelhos vizinhos, mas o Decreto de 28 de dezembro de 1869 anulou a extinção.

1.3 – Serviços

O Município de Oleiros, tal como todos os municípios deste país, presta serviços administrativos e públicos. O Despacho nº 373/2011 do Município, publicado no nº 4 da 2ª série do Diário da República, a 6 de janeiro de 2011, estabelece a organização e estrutura desses mesmos serviços.

Atendendo ao organograma do Município, existem várias divisões hierárquicas, com o Presidente da Câmara no topo, apoiado pelo Gabinete de Apoio à Presidência e a divisão da Proteção Civil/Gabinete Técnico Florestal. A Figura 3 apresenta essas divisões, com as respetivas subdivisões.

Figura 3 - Organograma do Município de Oleiros



Capítulo II – Tarefas do estágio

Este capítulo destaca o trabalho realizado durante o estágio.

O estágio decorreu entre o dia 3 de fevereiro de 2020 e o dia 2 de fevereiro de 2021, na Secção de Contabilidade, Taxas e Licenças.

Durante o estágio, foram atribuídas diversas tarefas e responsabilidades. Essas responsabilidades obedeciam aos objetivos estipulados pelo contrato, e foram atribuídas principalmente pelos orientadores do estágio.

Várias tarefas proporcionaram a oportunidade de pôr em prática as competências e conhecimentos adquiridos durante o percurso académico, tanto na licenciatura como no mestrado. Outras permitiram o desenvolvimento de novas capacidades. No geral, todas as tarefas permitiram um melhor conhecimento de como funciona uma entidade pública.

2.1 – Génese do estágio/Candidatura

O estágio funcionou no âmbito do PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Local. Criado através do Decreto-Lei nº 166/2014, de 6 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 46/2019, de 10 de Abril e regulamentado através da Portaria nº 114/2019, de 15 de Abril, o PEPAL tem como objetivo proporcionar experiência prática a jovens licenciados, preferencialmente através de estágios a nível local.

O Município de Oleiros, através do Aviso nº 23/2019, abriu uma 2ª Fase de recrutamento e seleção de estagiários para o PEPAL. Essa segunda fase pretendia obter estagiários para preencher 3 categorias de vagas com diferentes requisitos: Licenciatura em Desporto, Licenciatura em Contabilidade e Auditoria e Licenciatura em Informática de Gestão.

Foi nesta segunda vaga a que se apresentou a candidatura, a qual foi aceite.

Considera-se importante referir que o estágio foi realizado em conjunto com uma antiga aluna do ISCAC. A maioria das tarefas especificadas nos objetivos do estágio foram executadas em equipa.

2.2 – Objetivos do estágio

Aquando do início das atividades do estágio, foi assinado um contrato entre as duas partes, o Município de Oleiros e os estagiários. Esse contrato estabelecia as seguintes cláusulas:

- Objeto do contrato;
- Local e horário;
- Duração;
- Plano individual do estágio (objetivos e atividades no anexo);
- Competências (Lista das mesmas no anexo);
- Direitos e deveres do estagiário;
- Sanções;
- Faltas;
- Suspensão/Cessação do contrato;
- Entidade responsável pela gestão e coordenação do PEPAL.

O contrato estabelecia os seguintes objetivos e atividades:

Tabela 2 - Objetivos e atividades previstas no contrato

Objetivos	Atividades
• Verificação física dos bens móveis, localizados em dez edifícios e regularização contabilística, caso necessário; • Organização de todos os processos individuais dos funcionários e respectivo arquivo digital; • Apoio na implementação do Sistema de Centro de Custos; • Análise e verificação dos investimentos em curso e respectiva regularização contabilística; • Apoio no arquivo físico dos documentos de despesa.	• Apoio ao serviço de Recursos Humanos, nomeadamente na organização de processos individuais e na organização documental relativa ao processamento de vencimentos; • Apoio ao serviço de Contabilidade e Património, nomeadamente no que diz respeito ao registo de despesa no sistema informático e ao registo do património no sistema informático respetivo; • Apoio na inventariação dos bens adquiridos durante o ano; • Apoio na implementação do Sistema de Centro de Custos.

Fonte: Elaboração própria

Para a avaliação dos objetivos no final do estágio, consideraram-se as seguintes competências:

- Orientação para resultados;
- Planeamento e organização;
- Adaptação e melhoria contínua;
- Relacionamento interpessoal.

2.3 - Orientador do estágio

A orientadora do estágio foi a Dr.^a Raquel Alexandra Ferreira Tavares, Técnica Superior da Divisão Administrativa e Financeira, responsável pelo serviço de Património. Através dela, foram delineadas e realizadas a grande maioria das atividades previstas nos objetivos do estágio. Também orientou a formação aos estagiários, dando a conhecer e ensinando os planos, procedimentos e ferramentas, necessários e utilizados nessas mesmas atividades.

Outra pessoa importante foi a Dr.^a Suzana Filipe Mateus Lourenço, Técnica Superior e responsável dos Recursos Humanos. Embora não tenha sido designada como orientadora do estágio, complementou objetivos do estágio com tarefas relacionadas com a área da sua responsabilidade. As atividades por ela orientadas constituíram uma parte substancial e importante do estágio.

2.4 – Tarefas desempenhadas

2.4.1 – Recursos Humanos/Fichas de funcionários

Considera-se importante referir, neste capítulo, o artigo n.º 127 do Código do Trabalho, que estabelece os deveres do empregador. Salienta-se a alínea j) do n.º1: *“Manter actualizado, em cada estabelecimento, o registo dos trabalhadores com indicação de nome, datas de nascimento e admissão, modalidade de contrato, categoria, promoções, retribuições, datas de início e termo das férias e faltas que impliquem perda da retribuição ou diminuição de dias de férias.”*

Uma das principais tarefas do estágio foi a regularização dos documentos das fichas dos funcionários do Município, atendendo à responsabilidade da entidade empregadora, acima referida.

Existem várias pessoas que estão ao serviço do Município, através de contrato ou de nomeação.

A cada um desses funcionários é atribuída uma ficha, que inclui diversos documentos, relativos a:

- Identificação;
- Contratos;
- Comprovativos de faltas;
- Comprovativos de férias;
- ADSE;
- Fichas de aptidão física.

Todas as fichas de funcionários, incluindo as dos aposentados/transferidos/falecidos, já possuíam alguma organização, estando os documentos já ordenados por data. Cada novo documento era adicionado à ficha, por cima dos mais antigos e debaixo de qualquer um que fosse mais recente.

Por sugestão da responsável pelos Recursos Humanos, foi realizada uma reorganização das fichas de funcionários, de forma a facilitar a consulta de documentos físicos.

Após a realização dessa tarefa, foi proposta a digitalização dos principais documentos, com vista à sua inclusão no sistema de contabilidade dos recursos humanos utilizado, o SGP (Sistema de Gestão de Pessoal).

Todas as fichas de funcionários foram reorganizadas, tendo os seus documentos sido removidos e depois novamente inseridos, mas obedecendo a uma nova organização, por tipo e por data.

A nova organização proposta pretendia agrupar os documentos pelos seguintes grupos:

- Férias (documentos de pedidos de tempo de férias, comprovativos de período de férias);

- Faltas (documentos de faltas justificadas, bem como os documentos que comprovassem essa mesma falta);
- Formações (diplomas, comprovativos de habilitações académicas, comprovativos de formações);
- Outros documentos, igualmente organizados por tipo e por data, que incluíam:
 - Contratos, tomadas de posse ou equivalentes;
 - Documentos sobre mobilidade (principalmente despachos);
 - Documentos relativos a pensões e aposentação (orientados pela Caixa Geral de Aposentações);
 - Documentos pessoais (Cartão de Cidadão, informações do NIB/IBAN, Registo Criminal, carta de condução, etc.);
 - Documentos de dependentes (principalmente o CC);
 - ADSE (inscrições, cópias de cartões, incluindo os de dependentes);
 - Segurança Social;
 - Comprovativos de aptidão (da Medisigma);

As fichas dos antigos funcionários foram excluídas nesta reorganização, por não se considerar importante proceder a esta tarefa nessas fichas.

Os documentos que se digitalizaram foram selecionados de acordo com alguns critérios:

- Digitalização de documentos de faltas e férias datados a partir de 1 de Janeiro de 2018;
- Digitalização de cartões (CC, ADSE, etc.) na sua versão mais atualizada;
- Digitalização de pelo menos um documento comprovativo da entrada em funções no Município (contratos ou, no caso de funcionários mais antigos, tomadas de posse);
- Digitalização completa dos demais documentos.

Os documentos foram digitalizados em formato PDF, sendo de seguida integrados num sistema de pastas digitais e depois no SGP (Figuras 4 e 5).

Figura 4 - Screenshot do SGP

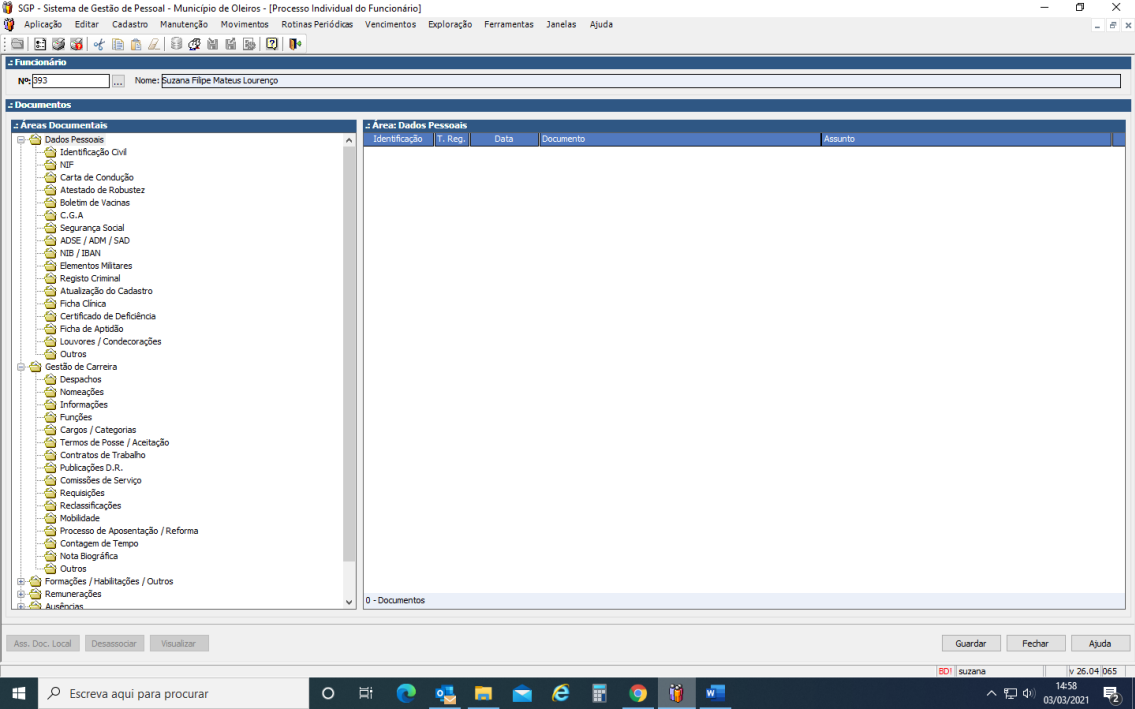
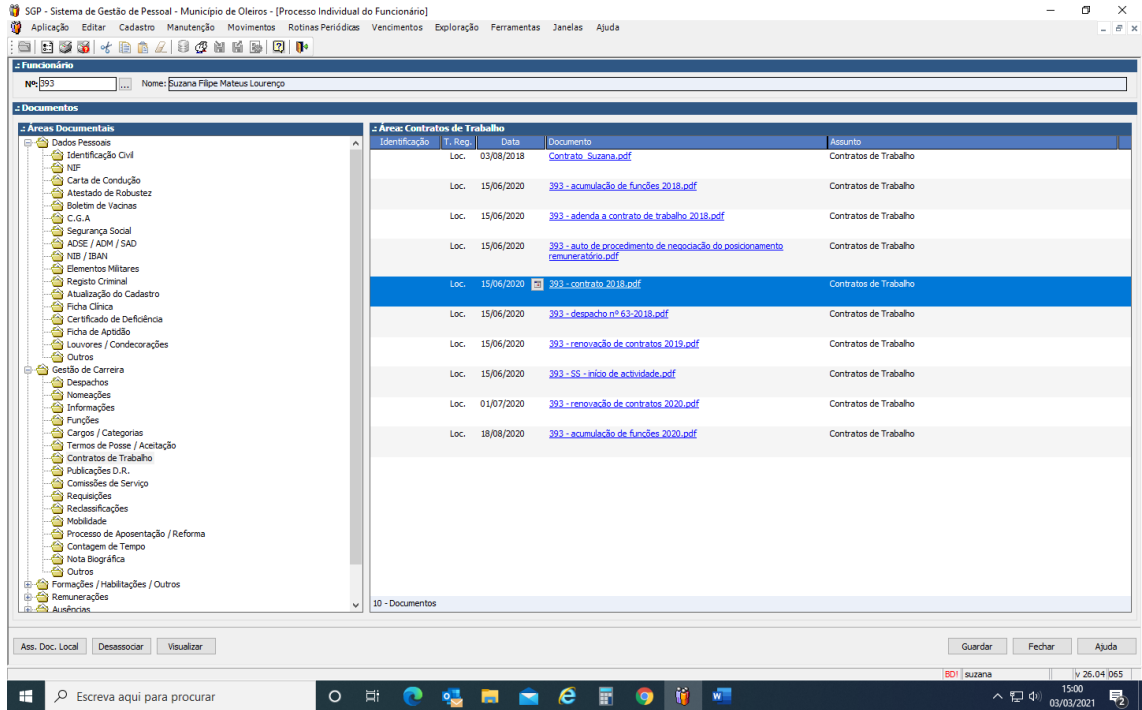


Figura 5 - Screenshot do SGP, com os documentos dos funcionários



Durante o ano foram surgindo novos documentos, o que levou a um constante trabalho de manutenção das fichas de funcionários físicas e digitais. Os novos documentos que fossem considerados importantes eram digitalizados e depois anexados à respectiva ficha de funcionário. Alguns desses eram atualizações de outros já existentes (por exemplo, CC e ADSE), o que levava à substituição dos antigos documentos digitalizados.

Também foi necessário criar dossiês para os novos funcionários, contratados durante o ano. A criação de fichas de funcionários no SGP não foi atribuída aos estagiários. A essas novas fichas aplicou-se o mesmo tratamento e a mesma organização de documentos.

Um pequeno número de funcionários aposentou-se durante o ano. As suas fichas de funcionário físicas foram transferidas para o arquivador dos antigos funcionários, de acordo com a organização existente, por ordem alfabética. A ficha digital nas pastas foi também transferida para uma pasta destinada a armazenar dados de antigos funcionários. Não foram feitas alterações no SGP.

2.4.2 – Património/Bens móveis/Faturas

Os bens móveis são uma parte do património do Município. A sua grande quantidade (cerca de doze mil) e a sua dispersão (gabinetes do edifício dos Paços do Concelho, edifícios municipais, escolas, etc.) obrigam a uma especial atenção.

Para os bens móveis, destacam-se os seguintes documentos:

Tabela 3 - Documentos da Secção de Património

Tipo de documento	Localização	Nº de exemplares	Função	Atualização
Folha de carga	Gabinetes/Edifícios	Um documento dedicado para cada edifício/gabinete	Apresenta a lista de bens presentes no edifício ou gabinete	Sim, porque a entrada e saída de bens provoca alterações à lista
Comprovativo de movimentação	Gabinetes/Edifícios, devendo ser enviado ao Serviço de Património quando preenchido	Vários documentos em cada edifício/gabinete	Regista a saída de bens, por abate ou transferência	Não
Folha de entrada	Serviço de Património	Um documento para cada fatura	Regista uma lista de novos bens, juntando o número de inventário atribuído	Não

Fonte: elaboração própria

A atualização da folha de carga implica uma verificação física dos bens e a elaboração de uma nova lista, se algum bem entrou (transferido ou atribuído após compra) ou saiu (transferido ou abatido).

Cada item móvel possui um número, que acompanha a sua descrição física. A ordem numérica dos móveis acompanha mais ou menos a data em que deram entrada e começaram a ser utilizados.

Para melhor identificar esses móveis, usam-se etiquetas, com o símbolo do Município, um código de barras e o número de bem e colam-se aos bens com o número correspondente.

Este controlo de qualidade não estava completamente implementado à data do início do estágio. Alguns dos bens mais antigos estavam etiquetados e não apresentavam problemas na sua identificação e registo no SIC (posteriormente no SNP). Porém, os restantes bens, que representavam uma grande maioria do inventário móvel, não estavam etiquetados.

Pouco depois do início do estágio, foi adquirida uma impressora de etiquetas, que foi atribuída ao Serviço de Património. Com isso já era possível imprimir novas etiquetas a ser afixadas nos móveis, em especial para aqueles que nunca tinham sido etiquetados.

Mediante autorização do pessoal responsável por determinado gabinete, procedia-se a uma inspeção física de todos os bens presentes.

Através da folha de carga, observavam-se os itens presentes no gabinete, fazendo a comparação entre os que estavam na lista e os que estavam presentes.

Geralmente, os bens mais antigos já possuíam etiqueta. Sendo assim, apenas bastava certificar que estavam presentes na lista da folha de carga, com a descrição correta. Os restantes que não tinham etiqueta eram anotados, a fim de se ter a certeza das etiquetas a imprimir. Também se tomava nota de bens que não estavam na lista mas que podiam estar, por serem materialmente relevantes, bem como os bens que estavam na lista, mas não no local.

Após marcação de uma nova ida ao gabinete/edifício, imprimiam-se as novas etiquetas e uma folha de carga atualizada. As etiquetas eram coladas no respetivo bem, a nova folha de carga era assinada pelos responsáveis do local e pelos estagiários e substituía a folha antiga.

É importante referir que este processo não sucedeu de forma simples. Sucederam-se algumas situações que tornaram a realização desta tarefa um pouco mais difícil:

- A presença de alguns bens, bem como a sua descrição exata, dependia dos conhecimentos do pessoal responsável pelos mesmos. Esse conhecimento foi extremamente útil para identificar móveis cuja descrição na folha de carga não era muito clara, mas a ausência desse pessoal, quando acontecia, levava a uma demora na conclusão da verificação do local em questão, por persistirem algumas dúvidas;
- Certos bens (sendo que alguns desses já estavam etiquetados) não tinham uma descrição condizente com as suas características:
 - Um exemplo vem das dimensões dos bens. As verificações físicas faziam-se várias vezes com uma fita métrica, para medir os bens, o que facilitava a sua identificação. Sucedia, porém, que as dimensões medidas não coincidiam com as da folha, o que causava alguma confusão;
 - Além disso, todos os bens foram registados de acordo com a sua descrição que vinha na fatura, no momento da sua aquisição. Esta descrição não era alterada, mesmo que não fosse completamente fiel ao bem móvel em questão.

Durante o ano foram adquiridos novos bens, que foram acrescentados aos bens móveis do património municipal. Cada vez que a Secção de Contabilidade recebia uma nova fatura, no Património era criado um novo documento para controlo da etiquetagem. Este trabalho também fez parte das tarefas do estágio.

2.4.3 – Despachos/Propostas

Entre os vários documentos elaborados pelo Município de Oleiros, encontram-se as propostas e os despachos.

As propostas mostram pretensões sobre um determinado negócio ou área de trabalho, com vista a serem debatidas sobre a sua realização. Os despachos apresentam a resolução da autoridade sobre essas mesmas pretensões.

Todos esses documentos estão arquivados em dossiês. Cada dossiê possui todas as propostas ou despachos de um ano. No caso dos documentos mais antigos, feitos entre 2005 e 2012, havia dossiês que armazenavam documentos de mais de um ano.

Por sugestão da orientadora do estágio, criaram-se documentos de Excel, denominados de Lista Resumo de Propostas/Despachos. O objetivo deste trabalho era criar uma lista de todas as propostas e despachos, anotando as informações mais importantes. Assim, qualquer funcionário do Município teria mais facilidade em encontrar os documentos que precisasse de consultar.

Este trabalho obrigou à consulta de todos os dossiês de propostas e despachos que havia no edifício da Câmara Municipal. Os dossiês de anos mais recentes estavam presentes no gabinete de Recursos Humanos, enquanto que os dos anos mais antigos estavam no arquivo principal.

O cabeçalho do documento em Excel continha o tipo de informação considerado essencial para consulta.

Ano	Número	Assunto	Data do documento	Data da reunião do executivo	Data da sessão da Assembleia Municipal
-----	--------	---------	-------------------	------------------------------	--

A partir destes tópicos, acrescentavam-se as informações de todos os documentos.

Este trabalho foi realizado de forma célere, sem muita dificuldade, pois não houve contratempos para a obtenção e utilização dos dossiês e a informação era fácil de encontrar e de aplicar.

2.4.4 – Veículos

O Município de Oleiros tem em seu nome vários veículos, que constituem uma parte do património.

A frota automóvel inclui:

- Veículos ligeiros de passageiros (veículos de 5 e 7 lugares, geralmente utilizados para transporte escolar e transporte de pessoal da Câmara Municipal);
- Veículos pesados de passageiros (autocarros para transporte de passageiros);
- Unidades móveis de saúde (veículos destinados a fazer análises ou outros procedimentos médicos à população);
- Veículos ligeiros de mercadorias (transporte de materiais e ferramentas para obras e outros trabalhos);
- Veículos pesados de mercadorias (transporte de matérias primas e materiais pesados para obras);
- Veículos pesados para limpeza urbana (camiões do lixo);
- Veículos para obras (retroescavadoras, niveladoras, máquinas de rastos);
- Tratores agrícolas;
- Empilhadores de armazém.

Existem dossiês para cada um dos veículos, presentes nos arquivos da Câmara Municipal. Esses dossiês contêm diversos tipos de documentos, tais como:

- Documento municipal da frota automóvel;
- Documentos de aquisição (faturas, propostas);
- Cópias de livretes de Certificados de Matrícula;
- Inspeções periódicas;
- Imposto Único de Circulação;
- Documentos de apólices de seguros;
- Faturas de reparações ou substituição de peças;
- Documentos da Via Verde.

Um dos trabalhos realizados foi a criação de lombadas para os dossiês dos veículos. Cada dossier já tinha informação escrita na lombada, sobre o veículo cujos documentos aí armazenados lhe diziam respeito. Mas, como a grande maioria dos dossiês e arquivadores da Câmara Municipal tinham lombadas em papel, processadas por Word, com informação mais legível e acessível a todos os funcionários, decidiu-se fazer novas lombadas para os dossiês dos veículos.

As novas lombadas obedeciam a este formato:

Logotipo do Município
Número de inventário
Descrição – marca, modelo e matrícula
Número de pasta

Acrescenta-se que alguns veículos, à data da realização deste trabalho, tinham sido abatidos ou vendidos, pelo que esse tipo de informação adicional era acrescentado à descrição na lombada.

Outro trabalho consistiu na preparação de um documento em Excel, com vista a obter informações importantes para a transição do POCAL para o SNC-AP, que também tinha efeito sobre os veículos.

Neste documento foram anotados todos os veículos municipais, e junto de cada um, indicou-se:

- O valor de aquisição;
- A vida útil inicial;
- A vida útil atual;
- O valor atual;
- O valor da depreciação anual de 2019.

Apenas se preparou o documento com base nestas informações, não se procedeu ao estudo de como estas mudam com o SNC-AP e qual o seu impacto no próximo ano.

2.4.5 - Ordens de Pagamento/Requisições/Recibos

Tal como em todos os outros municípios, o Município de Oleiros tem ordens de pagamento, nas quais se inserem faturas e métodos de pagamento das mesmas.

Cada ordem de pagamento obedece, normalmente, a esta organização:

- Capa de Ordem de Pagamento;
- Fatura;
- Requisição;
- Recibo.

O primeiro trabalho a ser executado, logo no início do estágio, consistia em adicionar os recibos às ordens de pagamento. Certos recibos chegavam à secretaria, mas não eram imediatamente guardados.

Este trabalho também serviu para introduzir aos estagiários os softwares de contabilidade utilizados pelo Município, sendo que neste trabalho foi utilizado o SCA, e mais tarde, o SNC. Através destes programas, era possível procurar documentos das entidades credoras, que incluíam dados e valores de faturas, bem como as respetivas ordens de pagamento.

Assim, era possível detetar a que ordens de pagamento correspondiam os recibos. O número da ordem era anotado no recibo, e depois de se ter procedido desta maneira para todos os recibos, estes eram agrafados à ordem correspondente.

Os estagiários também participaram na elaboração das requisições externas. As requisições que se adicionavam às ordens de pagamento eram elaboradas no SNC, mas antes disso, eram elaboradas à mão. Existiam uns livros especiais, que tinham folhas de requisições que eram preenchidas de acordo com os dados das faturas.

Cada uma dessas requisições possuía mais duas cópias, pelo que havia sempre requisições em triplicado. A original (papel branco) permanecia no livro, a requisição em duplicado (papel amarelo) era anexada à fatura, até ser substituída pela requisição do SNC, e a requisição em triplicado (papel azul) era guardada num dossier.

Era a partir da requisição amarela que depois se preparavam as requisições no SNC. Estas incluíam os mesmos dados da fatura e da requisição original. Quando era imprimida, a requisição amarela era substituída pelo novo documento e desmantelada.

Quando uma ordem de pagamento ficava pronta, um dos estagiários aplicava o selo branco do Município em cima das assinaturas e depois levava-as à tesouraria, onde os tesoureiros tratavam dos pagamentos.

2.4.6 – Expediente

Todos os dias se elaboram documentos com o objetivo de serem enviados por correio postal.

Alguns exemplos de correspondência mais frequente incluem:

- Cheques para pagamento de faturas;
- Documentos de remuneração mensal aos funcionários do município;
- Documentos sobre procedimentos de concurso de pessoal;
- Guias de transporte para pagamento de água;
- Etc.

Foi proposto que os estagiários ajudassem a preparar o envio desses documentos, através da preparação dos envelopes.

Cada vez que um ou mais novos documentos chegavam à secretária onde se guardavam as coisas do correio, um ou outro estagiário ia lá para preparar o correio. Cada novo documento recebia um número de referência, aplicado por carimbo.

Tiravam-se sempre duas cópias dos documentos, sendo que uma ficava arquivada e a outra era entregue à pessoa que elaborou o documento. O original era enviado pelo correio.

A cópia arquivada ficava num dossier, que continha mais cópias de documentos enviados por correio, e uma lista com dados desses documentos. Os dados incluíam o número de referência, a pessoa que elaborou o documento, a data do mesmo, a data do envio e espaços a ser preenchidos se o envio foi por carta registada, e se também incluía aviso de receção.

2.4.7 – Contabilidade de Custos

Algumas faturas recebidas pelo Serviço de Contabilidade, Taxas e Licenças referem-se a fornecedores que fornecem material para o Armazém Municipal.

O Armazém Municipal, tal como referido anteriormente, possui diversas divisões e oficinas. Cada divisão e/ou oficina necessita de materiais, de acordo com as especialidades e necessidades.

Os materiais mais importantes que se observaram nas idas ao Armazém Municipal foram:

- Matérias-primas para construção civil (ex: pó de pedra, areia);
- Pedras para calçada;
- Manilhas e blocos de cimento;
- Ferros;
- Latas de tinta;
- Peças de sistemas elétricos;
- Lâmpadas.

Um dos objetivos do estágio referia-se à ajuda na implementação do Sistema de Centro de Custos, que se devia aplicar aos bens presentes no Armazém Municipal. As idas ao Armazém mostraram que os serviços administrativos desse mesmo complexo fizeram sempre o levantamento do inventário, mas apenas pelos tipos e quantidades de materiais.

Só se começou a trabalhar com base nesse objetivo no mês de janeiro, o último mês do estágio. Foi aí que chegou ao edifício da Câmara Municipal a lista do inventário final, do ano de 2020, do Armazém Municipal. Os documentos de inventário referiam-se às secções de eletricidade, de obras e de pintura.

Já havia sido elaborada uma listagem, através do Excel, contendo vários tipos de materiais e algumas subdivisões para materiais mais específicos. Cada linha de material seguia o seguinte padrão:

Código de hierarquia	Designação de hierarquia	Nº	Código de artigo	Designação de artigo	Unidade de compra	Taxa de IVA
----------------------	--------------------------	----	------------------	----------------------	-------------------	-------------

Adicionaram-se mais algumas colunas, como seguintes cabeçalhos:

Localização	Fornecedor	Quantidade final	Preço s/ IVA
-------------	------------	------------------	--------------

Como os documentos do armazém só referiam os materiais, a unidade de compra e a quantidade final, foi necessário consultar outros documentos para preencher as colunas dos fornecedores e dos preços.

Para isso recorreu-se aos seguintes meios:

- Contratos entre o Município e determinados fornecedores para fornecimento regular de certos materiais ou serviços

- Requisições externas, muitas vezes consultadas através do programa SNC, e ocasionalmente através das ordens de pagamento.

Este trabalho, se bem que de curta duração, ofereceu algumas dificuldades:

- O documento do Excel não apresentava informações suficientes para cobrir todos os materiais dos documentos do Armazém. Um exemplo para ilustrar esta situação era a grande quantidade de tipos de tintas contabilizadas na secção de pintura, comparada com a pequena e insuficiente lista de tintas e similares no Excel. Após obter autorização para poder modificar o Excel, foi mais fácil executar a tarefa.
- A execução do trabalho foi lenta, porque foi necessário consultar não só um grande número requisições e fornecedores, como também foi necessário procurar tudo isso em anos anteriores. De modo a encontrar os materiais que correspondessem o mais fielmente possível às listas do Armazém, teve de se procurar esses materiais a fundo. Algumas requisições que se mostraram úteis tinham mais de 5 anos.
- Ocasionalmente se encontraram dois fornecedores a fornecer o mesmo material. Isso causava um conflito, porque o preço de compra entre os dois era diferente. Sem saber exatamente de que fornecedor tinham vindo os materiais, ambos foram anotados e afixou-se o preço de um deles no Excel, pelo menos para criar uma base.

Uma vez que este trabalho se revelou como sendo bastante importante, ficou uma sensação de pena por não se poder fazer mais para o concluir. Independentemente da quantidade de trabalho realizado, esta tarefa reforçou a importância que considero que se deve ter na contabilização dos inventários.

2.4.8 - Outras tarefas

Algumas tarefas foram realizadas em períodos muito breves, de forma a colmatar pessoal em falta.

Um exemplo disso foi durante o primeiro mês do estágio, em que foi proposta a realização de reconciliações bancárias. Este trabalho obrigou à utilização de extratos bancários e extratos contabilísticos, que foram proporcionados aos estagiários para a realização dessa tarefa.

Contudo, aquando da contratação de um novo funcionário, essa tarefa foi-lhe atribuída e os estagiários deixaram de trabalhar nisso. Dessa breve atividade pode-se retirar a oportunidade de se realizar uma tarefa que ajudou, logo no início, a desenvolver o trabalho de equipa e a perceber e aperfeiçoar os métodos de realização deste trabalho.

Outras tarefas destinaram-se a auxiliar funcionários em tarefas que não faziam parte dos objetivos do estágio.

Uma das funcionárias da secretaria era a principal responsável pelos arquivos, e muitas vezes pediu ajuda aos estagiários para levar ou trazer dossiers e arquivadores. Na maior parte das vezes levaram-se arquivadores para o arquivo da Câmara Municipal, com o objetivo de serem reorganizados.

Por um par de vezes chegou a ser necessário levar arquivadores para o arquivo do Armazém Municipal, onde se conservavam alguns dos documentos mais antigos.

Após algum tempo de trabalho no Município, os estagiários receberam permissão para colaborar no atendimento ao público. Todos os dias, pessoas deslocam-se à Câmara Municipal, para fazer pedidos, pagamentos ou resolver outros assuntos. Para esse mesmo fim, certas pessoas também entram em contacto com os serviços municipais por via telefónica.

Ao participar nesta tarefa, foi possível atender pessoas, quer de forma presencial quer por via telefónica, quando outros funcionários não estavam disponíveis.

Embora tenha sido raro, alguns funcionários pediram ajuda para falar com estrangeiros, quando não havia outra pessoa que pudesse ajudar.

Capítulo III – Tema teórico

Este capítulo tem como objetivo realizar um enquadramento de temáticas, teorias e informações, que foram consideradas importantes para este relatório.

Uma vez que este relatório apresenta mais à frente a exploração prática de uma atividade do estágio, considerou-se importante basear o seu estudo a partir de outros estudos e teorias.

3.1 – Os ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis (AFT) são um dos vários componentes do ativo contabilístico. Consistem em um ou mais bens físicos que pertencem ao inventário permanente da entidade que os possui, que podem ser, por exemplo, mobílias, veículos, máquinas, edifícios e poços de petróleo.

Independentemente do tipo de bem que são, sendo ativos fixos tangíveis, obedecem à definição imposta pela NCRF 7 e NCP 5: são bens físicos detidos para fornecimento de bens ou serviços, aluguer a terceiros ou fins administrativos, e é esperado que o seu uso dure mais de um período de relato.

A NCP 5 é a norma de contabilidade pública que se aplica aos ativos fixos tangíveis, tanto os do domínio privado como do público, que inclui:

- Equipamento militar
- Bens do património histórico
- Infraestruturas
- Ativos de contratos de concessão após reconhecimento e mensuração de acordo com a NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente.

Esta Norma não se aplica a:

- Ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola
- Direitos minerais e reservas minerais, tais como petróleo, gás natural e recursos não renováveis similares.

Porém, esta Norma aplica-se a ativos fixos tangíveis usados para desenvolver ou manter os ativos descritos anteriormente.

Devido ao seu carácter permanente, os ativos fixos tangíveis não são considerados como bens prontos a vender. Em vez disso, podem ser considerados como um direito a recebimentos de longo prazo.

Os ativos fixos tangíveis têm presença nas demonstrações financeiras, fazendo parte do ativo não corrente. O valor aí registado inclui o total do valor dos ativos detidos pela entidade, menos os custos de depreciação e as perdas por imparidade, à data do relato.

Segundo Custódio e Viana (2019), existem outras normas que são referência para este tipo de ativos:

- NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços
 - Refere os princípios de mensuração e reconhecimento inicial dos ativos fixos tangíveis incluídos em contratos de concessão
- NCP 6 – Locações
 - Determina quais os ativos relacionados com contratos de locação que devem ser contabilizados no balanço de uma entidade

- NCP 7 – Custos de Empréstimos Obtidos
 - Define quais são os ativos que são elevados para a capitalização de juros de financiamento incorrido por uma entidade para a aquisição do ativo
- NCP 9 – Imparidade de Ativos
 - Estabelece os princípios para determinar se um ativo poderá estar em imparidade e como é que essa imparidade é calculada e reconhecida
- NCP 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
 - Determina como devem ser apuradas as provisões, especificamente as relacionadas com ativos fixos tangíveis e que acrescem ao valor de custo destes
- NCP 16 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
 - Orienta a forma de apuramento das diferenças cambiais no caso de ativos fixos tangíveis adquiridos em moeda diferente da moeda funcional da atividade

3.2 - Introdução do SNC-AP

A contabilidade não é imutável. Ao longo dos anos, a contabilidade foi evoluindo através de alterações à sua normalização e aplicação. Isto acontece de forma a não permitir que se torne descontextualizada com a realidade, nem a perder a sua eficácia.

Na situação da contabilidade pública em Portugal, a 30 de dezembro de 2011, a Lei nº 64-C/2011 abordou alguns problemas inerentes à orçamentação:

- Fragilidades no processo orçamental
 - Mecanismos de planeamento sem foco nos resultados a alcançar
 - Mecanismos de controlo e prestação de contas excessivamente burocráticos
- Fragmentação do processo orçamental
 - Diferenças entre óticas de contabilidade nacional e contabilidade pública, resultando numa perda de transparência das contas públicas e numa dificuldade acrescida no controlo orçamental
 - Fragmentação da própria contabilidade pública, devido à descentralização da elaboração e execução do orçamento e da prestação de contas
- Ausência de um quadro orçamental plurianual
- Sistema contabilístico incompleto e ausência de informação de desempenho
 - Problemas na disponibilização de informação, na sua periodicidade e temporização

Carvalho e Simões (2016) justificaram a necessidade de mudar o normativo contabilístico do setor público pelos seguintes motivos:

- Desatualização face às normas internacionais de contabilidade (IPSAS)
- Inconsistência em relação com o SNC
- Fragmentação do POCP e de Planos Sectoriais

Esta situação constitui um entrave à eficiência no processo de consolidação de contas de grupos públicos (e particularmente no subsector local), pondo em causa a fiabilidade da informação consolidada. Estas dificuldades tão teriam tanto impacto sem um referencial contabilístico bem estruturado e homogéneo (Carvalho e Simões, 2016).

Focando no ponto sobre as normas internacionais, é preciso reconhecer que a presença de Portugal na União Europeia constituiu uma obrigação de aproximar algumas metodologias, incluindo as contabilísticas, em relação aos demais países da União. De forma a satisfazer as necessidades de comparabilidade da informação financeira das entidades públicas entre esses países, considerou-se importante adotar as IPSAS (Rua, 2016).

Com vista a resolver estes problemas, foi publicado o Decreto-Lei nº134/2012, de 29 de junho. O CNC foi incumbido de desenvolver um novo sistema contabilístico para o setor público, adaptado às normas internacionais desse mesmo setor e consistente com o setor empresarial, tal como referido no SNC.

Deste trabalho do CNC resultaram:

- Lei nº 151/2015, de 11 de setembro – Lei do Enquadramento Orçamental (LEO)
- Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro – aprovação do SNC-AP
 - Estrutura Concetual da informação financeira pública (EC);
 - Normas de Contabilidade Pública (NCP):
 - Contabilidade Financeira: NCP 1 a 25;
 - Contabilidade Orçamental: NCP 26; e
 - Contabilidade de Gestão: NCP 27
 - Plano de Contas Multidimensional (PCM).

Segundo Veloso (2019), a introdução do SNC-AP acarreta vários desafios, dos quais se destacam:

- A implementação do próprio SNC-AP;
- A preparação de informação consolidada, tanto em termos históricos como em previsionais;
- A elaboração de demonstrações orçamentais e económico-financeiras intercalar;
- O ajuste do modelo de controlo interno e de auditoria;
- A utilização da nova informação pelos decisores aos mais diferentes níveis.

Desde a aprovação do SNC-AP pelo LEO, em dezembro de 2015, que as entidades públicas sentem dificuldades em implementar o novo sistema de contabilidade pública. O Tribunal de Contas reconhece essa dificuldade através do Relatório Intercalar IV (Relatório nº 13/2019), onde conclui que *‘...ao longo deste período de três anos, os avanços ficaram muito aquém do previsto em sede de planeamento, pondo em causa a elaboração das demonstrações orçamentais e financeiras consolidadas, previstas para o OE e a CGE de 2021’*. À data em que este relatório foi elaborado, observa-se que esta situação ainda decorre.

Custódio e Viana (2019) atribuem essas dificuldades a dois motivos. O primeiro deve-se à falta de resposta por parte dos sistemas de informação, resultando, por exemplo, numa inviabilização da prestação de contas de forma atempada e com informação em *full compliance* com as normas contabilísticas. O segundo é sobre a falta de uma estratégia no desenvolvimento de processos necessários para a aplicação adequada do SNC-AP.

3.4 - Impacto sobre os ativos fixos tangíveis

A introdução do SNC-AP resultou na substituição do POCP e do POCAL. Dado que o SNC-AP é uma evolução em relação aos sistemas normativos anteriores, surgiram algumas mudanças.

O conceito de ativos fixos tangíveis existe através da introdução do SNC-AP. Anteriormente, no POCAL, existia o conceito de imobilizado, referente ao ativo não corrente. Este dividia-se em imobilizações corpóreas (atualmente AFT) e incorpóreas (ativos intangíveis).

Acrescentando que o SNC-AP foi elaborado de forma a ser consistente com o SNC, o normativo contabilístico empresarial, não só é possível verificar a diferença de tratamento destes ativos entre o POCAL e o SNC-AP, como também é possível observar semelhanças entre os novos sistemas:

Tabela 4 - Comparações sobre o reconhecimento de AFT's, entre o POCAL, o SNC-AP e o SNC

Assunto	POCAL	SNC-AP (NCP 5 e EC)	SNC (NCRF 7 e EC)
Critérios de reconhecimento dos ativos fixos tangíveis	Não refere, nem existe no período de vigência do POCAL (1999), no âmbito público, qualquer base concetual que o defina.	O §10 da NCP nº5 (SNC-AP, 2015) refere dois critérios de reconhecimento dos AFT: “(a) for provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) o custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade”.	O §7 da NCRF nº7 (SNC, 2015) refere dois critérios de reconhecimento dos AFT: “a) For provável que futuros benefícios económicos associados ao item fluam para a entidade; e b) O custo do item puder ser mensurado fiavelmente.”
Conceito de ativo	Não refere, nem existe no período de vigência do POCAL (1999), no âmbito público, qualquer base concetual que o defina.	O SNC-AP (2015), no §88 da sua estrutura concetual, define ativo como “um recurs presentemente controlado pela entidade pública como resultado de um evento passado”. Acrescentando no §89 que um recurso é “um item que contém em si a capacidade de proporcionar um influxo de potencial de serviço ou de benefícios económicos futuros”.	O SNC (2015), no §49 da sua estrutura concetual define ativo como “um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros”.

Tabela 5 - Comparações sobre o reconhecimento de AFT's, entre o POCAL, o SNC-AP e o SNC (continuação)

Conceito de ativo fixo tangível	Denomina-lhes de imobilizado corpóreo, e apenas menciona, no capítulo 11, que “integra os imobilizados tangíveis, móveis ou imóveis (com exceção dos bens de domínio público), que a entidade utiliza na sua atividade operacional, que não se destinem a ser vendidos ou transformados, com carácter de permanência superior a um ano”.	A NCP nº 5 (SNC-AP, 2015), no seu §9, define AFT como “bens com substância física que: (a) são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para alugar a terceiros, ou para fins administrativos; e (b) se espera sejam usados durante mais de um período”.	A NCRF nº7 (SNC, 2015), no seu §6, define os AFT como aqueles itens tangíveis que: “a) Sejam detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros, ou para fins administrativos; e b) Se espera que sejam usados durante mais do que um período.”
Mensuração fiável	Não refere critérios de reconhecimento, portanto, a mensuração fiável não é vista explicitamente como tal. Todavia, faz referência aos critérios de valorimetria a aplicar aos diferentes ativos, nomeadamente às imobilizações.	Refere-se à mensuração fiável como um critério de reconhecimento do ativo. Define a mensuração como a atribuição de uma quantia monetária a um elemento, o que implica a escolha de uma determinada base de mensuração.	Refere-se à mensuração fiável como um critério de reconhecimento do ativo. Define a mensuração como a atribuição de uma quantia monetária a um elemento, o que implica a escolha de uma determinada base de mensuração.

Fonte: (Rua, 2016)

Reconhece-se assim que o SNC-AP preenche lacunas sobre o reconhecimento dos ativos fixos tangíveis, presentes no POCAL, e é convergente com o o SNC sobre o mesmo tema. Todavia, o SNC-AP acrescenta, face ao SNC, de âmbito empresarial e no que respeito ao conceito de ativo e ao seu primeiro critério de reconhecimento, a possibilidade do elemento ser reconhecido possuindo potencial de serviço. Este facto visa salvaguardar o reconhecimento daqueles bens públicos que não produzem quaisquer rendimentos para a entidade pública, mas que ao possuírem potencial de serviço e desde que cumpram os restantes critérios de reconhecimento, podem ser reconhecidos como ativos (Rua, 2016).

Mais importante, a NCP 5, a norma contabilística destinada aos ativos fixos tangíveis, assim existe graças ao SNC-AP. O POCAL não proporcionava um tratamento específico para este tipo de ativo. O tratamento deste tipo de ativos, com a entrada do SNC-AP, passou a ser mais fácil de compreender e de distinguir entre os outros tipos de ativos.

Tabela 6 - Resumo da NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis

Definição	Os AFT's são bens com substância física que: a) São detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguer a terceiros, ou para fins administrativos; e b) Se espera que sejam usados durante mais de um período de relato
Reconhecimento	Ocorre apenas quando: a) For provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associado ao bem; e b) O custo ou justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade
Mensuração inicial	Estando satisfeitas as condições de reconhecimento, um AFT é mensurado pelo custo
Mensuração subsequente	Após o reconhecimento como um ativo, o bem é mensurado pelo custo, menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas
Depreciações	A quantia depreciável deve ser imputada numa base sistemática ao longo da sua vida útil

Fonte: SNC-AP – NCP 5 – Ativos

A transição do POCAL para o SNC-AP apresenta algumas distinções sobre o tratamento aos AFT's. Anteriormente, não se tinha em consideração os gastos de desmantelamento e remoção, que acontecem em bens que ficam sem vida útil. A NCP 5 estabelece que o reconhecimento inicial deve incluir uma estimativa destes gastos (§21). Isto tem efeitos nas quantias no balanço, nas provisões a reconhecer e nos gastos de depreciação.

Outro ponto importante é a consideração de AFT's complexos, com diversos componentes. Pode acontecer que esses componentes devam ser substituídos ao fim de certo tempo (§16). Certas infraestruturas e equipamentos são de natureza complexa, e por isso, faz sentido que sejam decompostos pelos ativos que os compõem, com valores e depreciações diferenciadas.

3.5 – Mensuração dos ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, tal como referido anteriormente, são mensurados pelo custo, menos os gastos de depreciação e imparidade, através do modelo de linha reta.

Anteriormente, o POCAL (1999) incluía o CIBE (2000)¹, que incluía os métodos de avaliação da vida útil e das taxas de depreciação dos bens. A tabela 6 sintetiza a mensuração dos ativos fixos tangíveis dos municípios portugueses, de acordo com o POCAL (1999) e o CIBE (2000).

Tabela 7 - A mensuração dos AFT segundo o POCAL e o CIBE

Situação		Mensuração	
Regra geral (POCAL, 1999, para. 4.1.1. CIBE, 2000, art.º 31º, nº 1)		Custo de aquisição Custo de produção	
Casos particulares	Ativos obtidos a título gratuito (POCAL, 1999, §4.1.4.)	- Valor resultante da avaliação definido nos termos legais; - Valor patrimonial definido nos termos legais; em alternativa, - Valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens (nos casos em que não exista disposição legal). Na impossibilidade de aplicação destes critérios, aplica-se (CIBE, 2000: art.º 31º nº 2): - Valor Segurado - Valor zero	
	Inventariação inicial (POCAL, 1999, §4.1.5.)	Custo de aquisição/produção	 Quando não aplicáveis
	Transferência de ativos entre entidades (POCAL, 1999, §4.1.6.)	- Valor constante nos registos contabilísticos da entidade de origem, salvo se existir valor diferente do fixado no diploma que autorizou a transferência; ou, em alternativa, - Valor acordado entre as partes e sancionado pelos órgãos e entidades competentes;	

Fonte: Rua, 2016

Com a entrada do SNC-AP e da NCP 5, a mensuração dos ativos fixos tangíveis sofre algumas alterações.

¹ Portaria n.º 671/2000, publicada na 2.ª série do Diário da República, de 17 de abril

Tal como referido no capítulo anterior, a NCP 5, à semelhança da NCRF 7, faz uma distinção entre duas mensurações: mensuração no reconhecimento (inicial) e mensuração subsequente. Tal distinção não era indicada pelos normativos anteriores. Quanto à mensuração no reconhecimento, um AFT deve ser mensurado pelo seu custo (§18), sendo este o equivalente ao preço a dinheiro (§28).

A tabela 7 apresenta um resumo de como devem ser valorados os AFT de acordo com a NCP nº 5 do SNC-AP, em conformidade com o explanado anteriormente.

Tabela 8 - A mensuração dos AFT segundo a NCP nº 5 do SNC-AP

Mensuração no reconhecimento (§§18-32)	Mensuração subsequente (§§33-59)
Regra geral: Custo, enquanto preço a dinheiro. Exceção: Justo valor - Nas aquisições através de uma transação sem contraprestação: justo valor à data do reconhecimento. - Ativos obtidos por troca: justo valor, mediante certas condições. Custo histórico é recomendado. Justo valor é recomendado apenas em situações excecionais.	Regra geral: Custo (menos depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas). Em algumas circunstâncias: Revalorização (com critérios e parâmetros definidos em dispositivo legal adequado). Custo é a regra geral. Revalorização é uma alternativa ao custo.

Fonte: Rua, 2016

A substituição do POCAL pelo SNC-AP implicou também a substituição do CIBE, pelo CC2.

O CC2 segue o mesmo método de avaliação da vida útil e depreciações dos bens previsto pelo CIBE. Os AFT's são divididos em tipos diferentes de bens, conforme a sua utilidade ou função. A cada bem é atribuído um determinado tempo de vida útil, em anos, que influencia a quantia das depreciações anuais.

Atendendo à especificidade da abordagem prática deste relatório, considera-se importante referir as notas do CC2. Alguns bens referidos correspondem a edifícios, infraestruturas ou outro tipo de edificações. A vida útil deste tipo de bens depende da natureza dos materiais e tecnologias utilizados para a sua conceção.

Os dois classificadores destacam os mesmos tipos de construção, com os seguintes anos de vida útil (Tabela 8).

Tabela 9 - Lista de tipos de construção, com a respetiva vida útil

Edificações	Vidas úteis	
	CIBE	CC2
Alvenaria de pedra	150	100
Alvenaria pré-pombalina ou pombalina e similares	150	100
Betão armado com percentagem de alvenaria tipo tijolo	80	50
Alvenaria tipo gaioleiro	60	20
Construções ligeiras	20	10
Materiais betuminosos para pavimentos, asfaltos e outros	20	20

Fontes: POCAL – CIBE e SNC-AP – CC2

Pode-se verificar que o CC2 estabelece valores de vida útil menores que o CIBE, o que resulta em valores de depreciação maiores.

O CC2 também estabelece critérios de vida útil aquando de reparações, ampliações e remodelações.

Tabela 10 - Critérios de revalorização do CC2

Tipo de obras	Vida útil em anos
Recuperação geral do edifício	20, 50 ou 100 anos, dependendo do material de construção
Substituição de pavimentos, coberturas e escadas	20
Substituição de marquises	10
Substituição de canalizações	10

Fonte: SNC-AP – CC2

3.6 - Transição do POCAL para o SNC-AP e impacto nos ativos fixos tangíveis

A implementação do SNC-AP implicou um processo de transição, que teve como período de transição o ano de 2017 e com primeira data de relato a 31 de dezembro de 2018. As datas mais relevantes neste processo de transição são as seguintes:

31-12-2016	Início do período de transição
01-01-2017	Data de transição
2017	Ano de transição
01-01-2018	Data de adoção
31-12-2018	1ª data de relato em SNC-AP
31-12-2018	Primeiras DF de acordo com o SNC-AP

Fonte: Almeida, 2017; Adaptado do do Manual de implementação do SNC-AP (Comissão de Normalização Contabilística)

Carvalho e Carreira (2016) antecipavam alguns impactos do novo modelo contabilístico (SNC-AP) nas contas das autarquias locais: nos ativos fixos tangíveis, as autarquias que ainda não tenham inventariado todos os ativos que devam ser reconhecidos têm de, na transição, reconhecer e mensurar esses ativos, de acordo com critérios da NCP 5. Isto porque existem autarquias que ainda não reconheceram no seu balanço alguns bens, em especial os do domínio público.

Almeida (2017) antecipou uma outra situação para os mesmos ativos: a aplicação do modelo de revalorização como critério de mensuração após o reconhecimento pode resultar em aumentos desses ativos.

Focando mais diretamente para a situação a ser abordada na aplicação prática deste tema, Almeida (2017) apresenta também uma situação relativa à mensuração das depreciações. O CC2 substitui a Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, que aprovou o CIBE, que continha:

- Os códigos para efeitos de cadastro dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, registados na Classe 4 do subsistema de contabilidade financeira;
- As respetivas vidas úteis a serem utilizadas como referência pelas entidades, nomeadamente na aplicação do método de depreciação da linha reta, em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento.

No entanto, as entidades podem manter os códigos do CIBE para efeitos de inventário e as respetivas vidas úteis no que respeita às depreciações, para todos os bens do ativo fixo tangível (exceto edifícios e outras construções) detidos à data de 31 de dezembro de 2016. Para os edifícios e outras construções (imóveis e direitos no CIBE), quer se tratem de ativos fixos

tangíveis, quer de propriedades de investimento, o respetivo cadastro e vida útil devem ser atualizados face às disposições do SNC-AP.

3.7 – Explicação da Comissão de Normalização Contabilística

No dia 16 de fevereiro de 2021, a CNC publicou, no separador das perguntas frequentes, a FAQ 44 nas perguntas do setor público. Esta pergunta existe devido a uma situação que envolveu as entidades do setor público de forma comum, que é a situação do método a utilizar para atualizar a vida útil dos edifícios e de outras construções, dada a transição do POCAL para o SNC-AP.

A resposta fornecida pela CNC é a seguinte²:

“A vida útil dos edifícios e outras construções deve ser definida em conformidade com o Classificador Complementar (CC), disponível no sítio da CNC, deduzindo-lhe o período já decorrido para obtenção da vida útil remanescente.

Caso a nova vida útil (CC) para um determinado ativo seja inferior à preconizada pelo Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), as depreciações acumuladas desse ativo, à data do balanço de abertura em SNC-AP, devem ser incrementadas tendo como contrapartida a conta 564-Ajustamentos de transição para o SNC-AP no sentido de reconhecer o montante que resulta do período já decorrido face à nova vida útil (CC).

No caso em que o período já decorrido esgota a vida útil preconizada pelo CC para um determinado ativo e a entidade já não lhe reconheça potencial de serviço (por isso, na transição para o SNC-AP, a sua vida útil não é aumentada por meio da reversão das depreciações acumuladas, nos termos da FAQ 25), deve a entidade, no ajustamento de transição, incrementar as depreciações acumuladas pela quantia escriturada do ativo na data de transição, por contrapartida de 564-Ajustamentos de transição para o SNC-AP por forma a que as depreciações acumuladas coincidam com o valor bruto do ativo.

No caso de um edifício que tenha sofrido uma grande reparação, deve, para efeitos de ajustamento de transição, ser considerada a vida útil do edifício preconizada pelo CC, assim como a vida útil adicional, definida pelo CC, que decorre da grande reparação a que o edifício foi sujeito. Admitindo que a nova vida útil total (considerando o período adicional) é inferior à vida útil total definida nos termos do CIBE, as depreciações acumuladas, no momento da transição, devem ser incrementadas tendo por contrapartida a 564-Ajustamentos de transição, por forma a assumir, no balanço de abertura em SNC-AP, o valor que resulta do período já decorrido face à nova vida útil total (incluindo a grande reparação).”

² http://www.cnc.min-financas.pt/faqs_publico.html - pergunta 44

Capítulo IV – Estudo prático

Este capítulo introduz a atividade que deu origem a este estudo, o que se sucedeu durante o seu desenvolvimento, os métodos aplicados e os resultados do estudo, bem como o seu impacto na realidade contabilística da entidade.

A atividade em questão não foi referenciada no capítulo II. Os motivos para isso foram o facto de ser a atividade que mais contribui para o desenvolvimento do relatório na sua parte de estudo, e pelo facto de que atividade não constituiu a resolução de uma tarefa, foi antes um desenvolvimento de hipóteses para tentar resolver uma situação que é relativamente recente.

4.1 – Atividade – Impacto da transição do POCAL para o SNC-AP nos bens imóveis

No capítulo II, foram descritas as atividades que se realizaram durante o estágio. Uma parte dessas atividades centrava-se no património do município, que incluía os bens móveis, os imóveis e os veículos.

As atividades sobre os bens imóveis não se ficaram apenas na verificação de dados do SNP, a partir dos documentos arquivados. Uma outra atividade sobre os bens imóveis surgiu devido à entrada em vigor do SNC-AP.

Contabilisticamente, os bens imóveis detidos pelo município estão abrangidos pelas contas:

- 42 – Propriedades de investimento
- 43 – Ativos Fixos Tangíveis
 - 430 – Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural
 - 431 – Terrenos e recursos naturais
 - 432 – Edifícios e outras construções
- 45 – Investimentos em curso
 - 453 – Ativos Fixos Tangíveis em curso
 - 454 – Ativos Intangíveis em curso

Estes ativos imóveis estão registados no sistema contabilístico patrimonial utilizado pelo Município, o SNP (substituindo o SIC, que ainda era utilizado no início do estágio).

Contudo, à data em que se deu início ao estudo desses ativos, eles ainda estavam mensurados e registados de acordo com os critérios do POCAL, o sistema contabilístico utilizado pelas autarquias locais, que deu lugar ao SNC-AP.

Quando ocorre uma atualização ou uma substituição de métodos ou normas, podem sempre existir mudanças significativas, independentemente da sua quantidade. Nesta situação, houve uma mudança importante: a substituição do CIBE pelo Classificador Complementar 2 (CC2), que introduz novos critérios de mensuração da vida útil dos ativos.

O impacto desta mudança reflecte-se não só na vida útil dos ativos, mas também na depreciação dos mesmos. Se a vida útil de um ativo mudar, a sua depreciação também deve ser sujeita a reavaliação, com influência na contabilidade e nas demonstrações financeiras da entidade que os possui. Por isso, os ativos imóveis do Município deverão ser reavaliados, e os seus dados e valores serão atualizados.

Sucedia também que, apesar da existência das normas e de documentos, havia incerteza sobre a aplicação dos critérios na prática.

Foi então proposta a exploração de três hipóteses para avaliação dos ativos imóveis, com base nos critérios das normas do SNC-AP e do Classificador Complementar 2. O objetivo comum entre essas hipóteses era a obtenção dos seguintes dados:

- Novo valor atual
- Nova depreciação
- Nova vida útil
- Diferenças entre os valores atuais (atualizados e não atualizados)

De uma forma resumida, as três hipóteses estudadas durante o estágio foram as seguintes:

- Hipótese 1
 - Reavaliação do valor dos bens imóveis com foco na vida útil dos bens
 - Cálculo de uma média para a nova vida útil restante
- Hipótese 2
 - Obtenção das novas quotas de depreciação a partir das datas de construção dos edifícios e da implementação do SNC-AP
- Hipótese 3
 - Apuramento da evolução das depreciações anuais
 - Tentativa de inclusão das relavorizações decorridas

4.2 - Hipóteses de estudo

4.2.1 – Hipótese 1

A primeira hipótese foca-se na vida útil dos bens. Considera-se que um certo ativo feito a partir de betão armado apresenta a seguinte informação, em anos, com base no POCAL:

Vida inicial	Vida decorrida	Vida atual
80	20	60

De acordo com os dados acima referidos, a vida útil de um bem deste tipo passa para 50 anos, logo, existe uma redução.

A solução para esta situação assenta numa regra de três simples para se obter a nova vida útil.

	Vida inicial	Vida atual
POCAL	80	60
SNC-AP	50	38 (arredondado de 37,5)

O novo valor atual do ativo seria calculado através desta conta:

$$\text{Novo valor atual} = \frac{\text{Valor de aquisição}}{\text{Vida útil original}} \times \text{Nova vida útil}$$

4.2.2 – Hipótese 2

A segunda hipótese formulou-se a partir das depreciações acumuladas.

O SNC-AP entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2018, por isso, tomou-se essa data como base para os cálculos desta hipótese.

Através do SIC, obtiveram-se os valores da depreciação acumulada de cada um dos bens imóveis até 31 de Dezembro de 2017, de forma a se calcular a quantia escriturada desses mesmos bens a essa data.

Depois aplicava-se a seguinte fórmula:

$$\text{Nova quota de depreciação} = \frac{\text{Quantia Escriturada}}{\text{Vida Útil remanescente}}$$

A vida útil remanescente parte da nova vida útil designada a partir do CC2, menos o tempo de vida útil decorrido até 31 de Dezembro de 2017.

4.2.3 – Hipótese 3

A terceira hipótese levou a um método de execução mais elaborado, porque se decidiu fazer uma exploração de valores mais detalhada.

O objetivo desta hipótese era tentar perceber melhor a evolução do valor dos bens imóveis ao longo dos anos.

Considerou-se importante perceber esta evolução porque:

- A entrada em vigor do SNC-AP modificou os tempos de vida útil
- Certos bens sofreram revalorizações em alguns anos
- Por causa disso, os valores de depreciação anual também sofrem alterações, e quando isso acontece, a quantia escriturada dos bens deixa de evoluir de forma linear

Procedeu-se à elaboração de uma tabela, com uma coluna dedicada a cada um dos anos económicos. Cada coluna subdividia-se em duas, uma para a quota de depreciação, outra para a quantia escriturada no final do ano.

Através do SIC, obtiveram-se os dados sobre as revalorizações que aconteceram, que consistiam no valor das mesmas e das novas taxas de depreciação, que se atualizavam por cada vez que os bens eram revalorizados.

Quando acontecia uma revalorização, o valor de depreciação era atualizado na tabela, a partir da nova taxa.

Quando se chegava a 2018, aplicavam-se os critérios do SNC-AP, com a atualização da vida útil. Quando a vida útil de um certo bem sofria uma alteração, a depreciação era novamente alterada.

4.3 - Casos/Exemplos

Para apresentar os resultados obtidos de uma forma sintetizada, consideram-se 4 casos:

1. Imóvel cuja vida útil não sofreu alterações
 - a. Exemplo: 40001 - uma estrada municipal, de piso alcatroado, que liga uma aldeia a uma estrada nacional
2. Imóvel que registou uma mudança na vida útil
 - a. Exemplo: 40002 - Um edifício municipal, em alvenaria de tijolo, construído em 2006
3. Imóvel que ficou completamente depreciado à data de entrada do SNC-AP
 - a. Exemplo: 40003 - uma rede de saneamento e drenagem de águas residuais de uma aldeia
4. Imóvel que sofreu revalorizações
 - a. Exemplo: 40004 - Ruas calcetadas de uma freguesia

Todos os exemplos referem-se a bens imóveis que realmente existem, mas serão protegidos por números de inventário fictícios, por uma questão de sigilo.

4.4 - Exploração dos exemplos e das hipóteses

4.4.1 - Hipótese 1

Os dados de cada um dos inventários foram os seguintes, retirados do SIC:

Tabela 11 - H1: Dados obtidos

Nº de inventário	Descrição	Valor de aquisição	Vida útil inicial	Depreciações acumuladas	Valor atual (31/12/2019)
40001	EM	158488,55	20	47546,58	110941,97
40002	Edifício	169773,80	80	33954,72	135819,08
40003	Rede de saneamento	97240,00	22	63206,00	34034,00
40004	Ruas calcetadas	120580,25	20	1066511,43	470602,70

Com a aplicação dos dados do SNC-AP, obtiveram-se os seguintes resultados:

Tabela 12 - H1: Resultados obtidos

Nº de inventário	Nova vida útil	Novo valor atual	Nova vida útil atual	Diferença entre os valores
40001	20	110941,99	14	0,02
40002	50	115446,18	34	20372,90
40003	10	0	0	34034,00
40004	20	24101,65	4	446501,05

4.4.2 - Hipótese 2

Partindo novamente dos dados do SIC, obtiveram-se os seguintes resultados:

Tabela 13 - H2: Dados obtidos

Nº de Inventário	Valor inicial	Vida útil inicial	Taxa de depreciação	Data de construção	Depreciações acumuladas	Quota de depreciação	Quantia Escriturada a 31/12/2017
40001	158488,55	20	5%	2014	31697,72	7924,43	126790,83
40002	169773,80	80	1,25%	2004	29710,38	2122,27	140063,42
40003	97240,00	22	5%	2007	53482,00	4862,00	43758,00
40004	120508,25	20	14,29%	2004	833772,67	113337,82	-713264,42

Considerando as informações do SNC-AP, os novos dados dos bens imóveis são:

Tabela 14 - H2: Resultados obtidos

Nº de inventário	Nova vida útil	Nova taxa de depreciação	Nova quota de depreciação	Depreciação acumulada final
40001	20	5%	7924,43	158488,55
40002	50	2%	3890,65	169773,80
40003	10	10%	O bem ficou completamente depreciado	97240,00
40004	20	5%	-118887,4	120508,25

4.4.3 - Hipótese 3

Cada bem imóvel é introduzido com os seguintes dados do SIC, de forma semelhante às duas hipóteses anteriores:

Tabela 15 - H3: Cabeçalho de dados

Nº de inventário	Valor de aquisição	Taxa de depreciação inicial	Ano de início de utilização	Vida útil inicial (POCAL)	Depreciação inicial (POCAL)	Vida útil atual (SNC-AP)	Nova vida útil, após 31/12/2017

Depois, a tabela prosseguia com o estudo da evolução dos dados das depreciações anuais e quantia escriturada no final do ano, um ano de cada vez. A tabela começava no ano de 2002, mas cada bem só começava a ser estudado a partir do ano em que começou a ser utilizado.

A seguinte tabela mostra um exemplo de como se fez o estudo, partindo de um bem aleatório que começou a ser utilizado em 2002, com vida útil de 20 anos, partindo para o estudo do ano seguinte:

Tabela 16 - H3: Método de cálculo de Depreciação e Quantia Escriturada

Nº de inventário	2002		2003	
	Quota de depreciação	Quantia escriturada	Quota de depreciação	Quantia escriturada
4000XX	Y	QE à data de início de utilização – Y de 2002	Y	QE do ano anterior – Y de 2003

O Y era igual, dado que os dados de vida útil e os critérios do POCAL se mantinham, uma vez que o SNC-AP ainda não se encontrava em vigor.

A primeira situação em que o Y mudava era quando o bem era reavaliado, devido a beneficiações ou reparações, que afetavam o valor do bem e, por consequência, o valor da depreciação, mantendo-se o tempo de vida útil.

Um exemplo disso apresenta-se na seguinte tabela:

Tabela 17 - H3: Método de cálculo de Depreciação e Quantia Escriturada, com situação de revalorização

Nº de inventário	Observações	2002		2003		2004	
		Depreciação	Valor	Depreciação	Valor	Depreciação	Valor
4000XX	Grandes Reparações a 25/07/2004 (valor=X)	Y	QE à data de início de utilização - Y	Y	QE no fim de 2002 - Y	$Y_{2004} = (QE \text{ de } 2003 + X) * \frac{1}{\text{tempo de vida restante}}$	QE no fim de 2003 - Y 2004

Verifica-se que a depreciação varia para um novo valor. Esta variação tem impacto na contabilidade na entidade que detém o bem, pelo que se considerou necessário abordar esta hipótese tendo em conta esta situação.

O que se observou foi que, a cada revalorização, o bem não tinha a sua vida útil modificada. Considerava-se que o bem seria completamente depreciado à data prevista no início da sua utilização. Por isso, a cada revalorização, a taxa de depreciação era atualizada, tomando como base o tempo de vida útil restante.

A segunda situação em que o Y mudava era no ano de 2018, no qual, a partir de 1 de Janeiro, o SNC-AP entrava em vigor. Se um bem tivesse a sua vida útil inicial modificada, considerava-se que uma nova vida útil restante.

A tabela seguinte exemplifica esta situação, com um bem datado de 2004:

Tabela 18 - H3: Aplicação da transição do POCAL para o SNC-AP nos cálculos

Nº de inventário	Vida útil POCAL	Vida útil SNC-AP	Vida útil atualizada a 01/01/2018	2017		2018	
				Depreciação	Valor	Depreciação	Valor
4000XY	80	50	$50 - (2018 - 2004) = 36$	Y	QE 2016 - Y	$Y_{2018} = QE_{2017} / 36$	QE 2017 - Y 2018

Esta situação da atualização dos valores das depreciações com base na entrada em vigor do SNC-AP produzia três cenários sobre os bens imóveis:

- O bem teve a sua vida útil inalterada, e o valor da depreciação também não mudou
- O bem teve a sua vida útil diminuída, e o valor da depreciação teve de ser reavaliado para se adaptar a essa alteração
- O bem teve a sua vida útil diminuída e ficou completamente depreciado, não sendo necessário fazer mais cálculos

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Tabela 19 - H3: Dados obtidos - Nova vida útil

Nº de inventário	Valor aquisição	Taxa de depreciação (início de utilização)	Ano de início de utilização	Vida útil (POCAL)	Valor de Depreciação (POCAL)	Vida útil (SNC-AP – após 31/12/2017)	Nova vida útil (após 31/12/2017)
40001	158488.55	5%	2014	20	7924.43	20	16
40002	169773.80	1.25%	2004	80	2122.17	50	36
40003	97240	6%	2007	22	5834.40	10	-
40004	120508.25	5%	2004	20	6025.41	20	6

Tabela 20 - H3: Resultados obtidos do bem nº 40001

40001	Depreciação	Quantia Escriturada	Observações
2014	7924,43	150564,12	
2015	7924,43	142639,70	
2016	7924,43	134715,27	
2017	7924,43	126790,84	
2018	7924,43	118866,41	
2019	7924,43	110941,99	
2020	7924,43	103017,56	

Tabela 21 - H3: Resultados obtidos do bem nº 40002

40002	Depreciação	Quantia Escriturada	Observações
2004	2122,17	167651,63	
2005	2122,17	165529,46	
2006	2122,17	163407,28	
2007	2122,17	161285,11	
2008	2122,17	159162,94	
2009	2122,17	157040,77	
2010	2122,17	154918,59	
2011	2122,17	152796,42	
2012	2122,17	150674,25	
2013	2122,17	148552,08	
2014	2122,17	146429,90	
2015	2122,17	144307,73	
2016	2122,17	142185,56	
2017	2122,17	140063,39	
2018	3890,65	136172,74	
2019	3890,65	132282,09	
2020	3890,65	128391,44	

Relatório de Estágio

Tabela 22 - H3: Resultados obtidos do bem nº 40003

40003	Depreciação	Quantia Escriturada	Observações
2007	5834,40	91405,60	
2008	5834,40	85571,20	
2009	5834,40	79736,80	
2010	5834,40	73902,40	
2011	5834,40	68068,00	
2012	5834,40	62233,60	
2013	5834,40	56399,20	
2014	5834,40	50564,80	
2015	5834,40	44730,40	
2016	5834,40	38896,00	
2017	5834,40	72816,80	
2018	-	-	
2019	-	-	
2020	-	-	

Tabela 23 - H3: Resultados obtidos do bem nº 40004

40004	Depreciação	Quantia Escriturada	Observações
2004	6025,41	114482,84	
2005	11618,56	209266,67	Revalorização - 106402,40
2006	14531,11	246819,87	Revalorização - 52084,31
2007	27746,09	444126,24	Revalorização - 225052,46
2008	34597,34	518960,14	Revalorização - 109431,25
2009	41398,96	579275,15	Revalorização - 101713,97
2010	53030,94	689699,35	Revalorização - 163455,14
2011	74534,96	894710,27	Revalorização - 279545,88
2012	76478,67	841632,60	Revalorização - 23401,00
2013	82895,70	829048,15	Revalorização - 70311,25
2014	90018,98	810170,81	Revalorização - 71141,63
2015	100634,55	805167,01	Revalorização - 95630,76
2016	106923,57	748465,00	Revalorização - 50221,56
2017	113337,82	679788,96	Revalorização - 44661,78
2018	115088,09	575302,36	Revalorização - 10601,48
2019	117650,67	470602,69	Revalorização - 12951,01
2020	117650,67	352952,02	

Análise crítica do estudo

Mesmo após o estudo das três hipóteses, manteve-se a incerteza sobre qual o melhor método a aplicar. Quando o estágio terminou, nenhum destes métodos tinha sido reconhecido como o modelo a seguir.

Durante a realização deste estudo, quanto mais se trabalhava em cada um dos métodos e se consultavam os programas de contabilidade do património, mais se verificavam as limitações de cada modelo. A terceira hipótese não seguiu o mesmo método das outras duas, porque se tinha verificado nelas que era difícil compreender com exatidão a influência das revalorizações no valor dos ativos. A realização da terceira hipótese esclareceu melhor essa situação, e permitiu calcular as depreciações de forma mais exata, e mais fiel com os dados presentes nos programas.

A dificuldade e incerteza que surgiram durante a realização deste estudo aconteceram porque não existia, durante o tempo de estágio, um método que fosse aceite pela generalidade das autarquias. Existiram pessoas que estiveram a trabalhar para tentar chegar a algum método, e o Município manteve contacto com um revisor que também está debruçado sobre o mesmo problema. Observa-se, por isso, que os estudos sobre os impactos da transição do POCAL para o SNC-AP não captam nem solucionam o processo de transição, pelo menos de forma clara.

Reconhece-se, porém, que o trabalho teria sido muito mais difícil se se tivesse observado que existiam ativos ainda não inventariados, e se os que estivessem inventariados apresentassem insuficiências na informação demonstrada. De facto, todos os bens imóveis estavam devidamente inventariados, e com toda a informação importante disponível na documentação física e no SNP. A terceira hipótese reforça esta afirmação, porque sem os dados de revalorizações decorridas nos bens imóveis, esta hipótese não teria tanta importância para este estudo.

Também se reconhece que a implementação do SNC-AP é uma evolução positiva para a contabilidade. O SNC-AP cumpre, de facto, o propósito de ser um sistema consistente com o normativo das entidades privadas e com os seus equivalentes internacionais. Tal consistência poderá facilitar a partilha e apresentação de informação entre todas as entidades.

Mesmo sem ter encontrado uma solução, através deste estudo foi possível:

- Aprofundar os conhecimentos sobre o tratamento sobre os Ativos Fixos Tangíveis;
- Estudar melhor as Normas de Contabilidade Pública;
- Compreender melhor a situação da transição entre os sistemas contabilísticos;
- Dar uma ajuda àqueles que também tentaram resolver esta situação;
- Obter um tema de estudo interessante, pela importância inerente ao período em que este relatório foi elaborado e pelas possibilidades de estudo ;

Análise crítica do estágio

O estágio realizado no Município de Oleiros foi uma experiência benéfica, por vários motivos. Primeiro, permitiu o desenvolvimento de experiência prática durante um ano, ao permitir a vaga para licenciados em Contabilidade. Segundo, porque como o estágio decorreu numa entidade pública, foi possível ter uma melhor perceção do modelo de gestão e contabilidade que ocorre numa entidade desse tipo, uma vez que a licenciatura e o mestrado tiveram a maioria do seu foco na contabilidade privada. Além disso, proporcionou condições favoráveis à realização deste relatório, cujas atividades moldaram a sua elaboração.

A realização do estágio sofreu problemas decorrentes da pandemia de COVID-19, que provocou um grande impacto e graves consequências em todo o mundo.

Durante a primeira fase da pandemia, o estado de emergência decorrente obrigou a que se tomassem medidas e precauções, que atingiram também o estágio. Várias atividades ficaram suspensas, principalmente a da verificação física dos inventários, e o trabalho suplementar rareou. Também se tomou a decisão de limitar o número de pessoas a trabalhar nos gabinetes, o que obrigou os funcionários do Município a trabalhar por turnos. Esta medida também afetou os estagiários, fazendo que, em cada semana, um ficava em casa enquanto o outro trabalhava na Câmara Municipal, rodando na semana seguinte. Apesar destes contratempos, o trabalho na Câmara nunca parou, e concretizaram-se as tarefas previstas nos objetivos do estágio.

Refletindo sobre o trabalho executado, é preciso compreender que este ocorreu num Município que serve poucas pessoas, comparado com outros municípios com muita mais população. Embora possua todos os serviços essenciais, os edifícios e funcionários necessários, e infraestruturas dispostas em cerca de 471 quilómetros quadrados de território, fica a sensação de que todo o trabalho realizado neste município poderia ser mais volumoso e um pouco mais difícil se tivesse acontecido numa cidade, onde a população é muito maior, aumentando a quantidade de serviços prestados. Embora reconhecendo esta diferença, as tarefas realizadas neste estágio proporcionaram uma melhor compreensão de como funciona uma entidade pública municipal, o que poderá ser uma boa base para um futuro trabalho numa área semelhante.

A nova avaliação dos bens imóveis, baseada na transição do POCAL para o SNC-AP, é ainda um processo em curso. Muita gente também está a tentar compreender qual o verdadeiro impacto desta transição, tentando obter respostas junto do CNC e a formular procedimentos com base no que já se sabe. O trabalho feito sobre esta situação permitiu perceber esta dificuldade comum e tentar dar um contributo para esclarecer as pessoas que estão envolvidas.

Tendo em conta todo o trabalho realizado, bem como os seus resultados, e reconhecendo as condições anormais que afetaram a grande maioria do estágio, o balanço final do estágio pode ser considerado como POSITIVO.

Conclusão

Este relatório é o resultado de duas experiências: profissional e académica.

O estágio abriu uma oportunidade de trabalho, com preferência a licenciados naturais da região. Contudo, foi também uma oportunidade para crescer como pessoa e como trabalhador, para aperfeiçoar métodos de trabalho e aprender outros novos, para compreender melhor a realidade do município e do concelho e para reconhecer os desafios que as autarquias locais enfrentam todos os dias.

O estudo elaborado neste relatório reforçou a importância de conhecer as mudanças do mundo contabilístico e de como se adaptar a essas mudanças. Este estudo resulta da necessidade de adaptação às novas regras e da necessidade de elaboração de métodos que ajudem a fazer a transição das regras antigas para as novas.

A mudança do POCAL para o SNC-AP tornou-se num grande desafio para as autarquias locais, mas tendo em conta que os normativos já enfrentaram mudanças anteriormente, pode-se manter uma certa esperança de que esse desafio será superado. Além disso, sabendo que o novo sistema foi feito de forma a ser próximo do sistema privado e das normas internacionais, é possível reconhecer que esta mudança é benéfica e bem enquadrada na realidade do século XXI.

O tema estudado neste relatório já tinha sido abordado em outros estudos, relatórios e artigos, mas nenhum apresentava um desenvolvimento de métodos e práticas que pudessem ser adotados pelas autarquias, para fazer a transição. A falta de tal desenvolvimento criou limitações e dificuldades à elaboração deste relatório, bem como alguma falta de segurança sobre a praticidade e certeza das hipóteses que foram desenvolvidas neste relatório.

Este tema poderia ser foco de mais estudos, que possam explicar outras situações onde as autarquias locais também sentiram dificuldades na implementação do SNC-AP. É expectável que este relatório possa ajudar aqueles que se debruçarem sobre o mesmo problema, oferecendo ideias e inspiração para desenvolver outras e que abra oportunidades para que outros possam também fazer novos estudos.

Referências Bibliográficas

Documentos (livros, artigos, dissertações)

ALMEIDA, José, (2017), “A Preparação da Transição de POCAL para SNC-AP: motivações e preocupações”, Tese de Mestrado em Contabilidade e Controlo de Gestão, Faculdade de Economia do Porto

CARVALHO, Alexandra Cristina Pinheiro e CARREIRA, José Maria de Jesus, (2016) CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO DO NOVO MODELO CONTABILÍSTICO (SNC-AP) NAS CONTAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

CARVALHO, João Batista da Costa, SIMÕES, Vitor, (2016) NORMATIVO SNC-AP, Ordem dos Contabilistas Certificados

CUSTÓDIO, Célia, VIANA, Carla (2019), SNC-AP - SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – VISÃO PRÁTICA DO NORMATIVO, Almedina

GOULÃO, Francisco (junho de 2013), OLEIROS E A SUA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA – Amparo do povo de uma região interior - estudo monográfico, Sociedade Gráfica

PIMENTEL, D. João Maria Pereira d’Amaral e, MEMORIAS DA VILLA DE OLEIROS, Typographia da Virgem Immaculada, 1881

SANTOS, Roberto José dos , SARAIVA, Helena Isabel Barroso (Março de 2016); CONTABILIDADE PÚBLICA VS CONTABILIDADE PRIVADA EM PORTUGAL – ANÁLISE DAS ESTRUTURAS CONCEPTUAIS

RODRIGUES, João (agosto de 2019), SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA – SNC Explicado, 7ª edição, Porto Editora

RUA, Susana Catarino (Outubro/Dezembro 2009); O CONCEITO, O RECONHECIMENTO E A VALORAÇÃO DOS ACTIVOS PÚBLICOS: ESPECIAL MENÇÃO A PORTUGAL; Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, FURB, Blumenau, v. 5, n.4, p. 134-151, out./dez., 2009

VELOSO, José Miguel Matos (outubro de 2018); TRANSIÇÃO DO POCAL PARA O SNC-AP; Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Coimbra

Legislação

Decreto-Lei n.º 166/2014, que estabelece o regime jurídico do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local

Decreto-Lei n.º 46/2019, que altera o regime jurídico do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local

Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. Diário da República nº178/2015, Série I. Ministério das Finanças

Lei nº 64-C/2011, que aprova a estratégia e os procedimentos a adoptar no âmbito da lei de enquadramento orçamental, bem como a calendarização para a respectiva implementação até 2015

Lei nº 151/2015, de 11 de setembro – Lei do Enquadramento Orçamental

Portaria n.º 671/2000, publicada na 2.ª série do Diário da República, de 17 de abril

Portaria n.º 114/2019 - Regulamentação do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local, adiante designado por PEPAL

Webgrafia

http://www.cnc.min-financas.pt/faqs_publico.html

<https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Oleiros-252204>

<http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/cooperacao-tecnica-e-financeira/pepal/>

Anexos

Anexo I – Heráldica



Anexo II – Correspondência CNC /Município de Oleiros

Raquel Tavares

De: Raquel Tavares [raqueltavares@cm-oleiros.pt]
Enviado: sexta-feira, 19 de junho de 2020 09:56
Para: 'secretariado@cnc.min-financas.pt'
Cc: 'Contabilidade'
Assunto: Pedido de esclarecimento: Tratamento de vida útil em edifícios e outras construções na entrada do SNC-AP

Ex. mos(as) senhores(as),

Muito bom dia,

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, vimos por este meio, solicitar o seguinte esclarecimento:

As Notas de Enquadramento ao PCM referem: “O Classificador Complementar 2 (capítulo 7 do PCM), o qual substitui o CIBE — Cadastro e Inventário dos Bens do Estado que constava da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, entretanto revogada, entra em vigor em 1 de janeiro de 2020, conforme dispõe o n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. No entanto, as entidades poderão manter os códigos do CIBE para efeitos de inventário e as respetivas vidas úteis no que respeita às depreciações, para todos os bens do ativo fixo tangível (exceto edifícios e outras construções) detidos à data de 31 de dezembro de 2019. Para os edifícios e outras construções (imóveis e direitos no CIBE), quer se tratem de ativos fixos tangíveis, quer de propriedades de investimento, o respetivo cadastro e vida útil devem ser atualizados face às disposições do SNC-AP.”

Contudo, através da leitura e análise do que se encontra legalmente estipulado, não é, de todo, explícito em lado algum como proceder para que esta atualização seja uniforme em todas as entidades, podendo gerar cálculos dispersos e leituras diferenciadas do mesmo diploma.

Deste modo, solicitamos que nos esclareçam as seguintes dúvidas:

- Como proceder com as vidas úteis dos edifícios e outras construções?
- Devem ser ajustados à vida definida no CC2? Ou subtrai-se a vida já decorrida a essa vida definida no CC2?
- E nos bens que já têm vida abaixo do valor definido pelo CC2?
- O que fazer nos bens que têm GR's, tendo em conta que as GR's são adicionadas por valor e vida ao valor e vida do bem original?

Exemplificando:

- Um edifício com vida inicial de 80 anos (à luz do CIBE):
 - Já decorreram 15 anos, ou seja tem, em POCAL, tem atualmente 65 anos de vida útil
 - De acordo com o CC2 passa a ter uma vida de 50 anos.
 - Passa a ter que vida em SNC-AP? 50? 35? Ou algum valor intermédio calculado percentualmente? Poderá ser aplicado outro critério?
- Uma construção com vida inicial de 20 anos (à luz do CIBE):
 - Já decorreram 15 anos, tendo uma vida remanescente de 5 anos.
 - O CC2 define vida de 10.
 - Qual ajustamento a fazer na vida útil deste bem? Nenhum? Para 1 de forma a que deprecie o restante no 1º ano SNC-AP? Poderá ser aplicado outro critério?
- Num edifício com vida inicial de 80 (à luz do CIBE):
 - Sofreu GR que lhe adicionou 20 anos, passados 15 anos do início de atividade.
 - O bem tem atualmente 75 anos de vida útil remanescente.
 - O CC2 define a vida para esta edificação de 50 anos e para a GR de 10.
 - O que fazer nestes casos? Ajustar aos 50 anos? Ou poderá ser aplicado outro critério?

- Também não poderemos esquecer que uma significativa alteração destas, terá efetivamente um impacto substancial nas contas dos municípios, nomeadamente ao nível das depreciações anuais, e, sem um critério igual para todos, poderá efetivamente perde-se a necessária comparabilidade, podendo desta forma comprometer o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro nomeadamente no que concerne ao facto de *"O SNC -AP permite ainda uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas"*.

Certos da Vossa compreensão e atenção ao nosso pedido, contamos com a Vossa colaboração e disponibilidade para esclarecer esta nossa solicitação com a maior brevidade possível.

Bem-haja pela atenção dispensada.

Com os melhores cumprimentos.

Caso necessite de algum esclarecimento não hesite em contactar-nos.
Bem-haja pela atenção dispensada, com os melhores cumprimentos,

Raquel Tavares
Divisão Administrativa e Financeira



Contactos:

Largo do Município, 6160-409 Oleiros

NIF: 506 824 152

Tel. 272 680 130 Fax 272 682 446

Website: <http://www.cm-oleiros.pt>

Email: raqueltavares@cm-oleiros.pt

Participe na preservação do ambiente. Por favor avalie a necessidade de imprimir este E-mail.

A informação contida neste e-mail é dirigida unicamente aos seus destinatários. O acesso, cópia ou utilização desta informação por qualquer outra pessoa não é autorizado. Se recebeu esta mensagem por engano agradece-se que informe de imediato o remetente e que elimine a mensagem e os anexos sem os reproduzir.

página 1 de 1

Município de Oleiros

De: "Portal SNC-AP" <secretariado@cnc.min-financas.pt>
Data: quarta-feira, 8 de julho de 2020 10:43
Para: "MUNOLEIROS" <geral@cm-oleiros.pt>
Assunto: Pedido de Apoio Nº 66-852 - Pedido concluído - "Pedido de esclarecimento: Tratamento de vida útil em edifícios e outras construções na entrada do SNC-AP"

Exmo(a) MUNOLEIROS,

O seu pedido com o número 66-852 e assunto "Pedido de esclarecimento: Tratamento de vida útil em edifícios e outras construções na entrada do SNC-AP", foi concluído para sua aceitação, com a seguinte resolução:

Bom dia,

A vida útil dos edifícios e outras construções deve ser definida em conformidade com o Classificador Complementar (CC), disponível no sítio da CNC, deduzindo-lhe o período já decorrido para obtenção da vida útil remanescente.

Caso a nova vida útil (CC) para um determinado ativo seja inferior à preconizada pelo Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), as depreciações acumuladas desse ativo, à data do balanço de abertura em SNC-AP, devem ser incrementadas tendo como contrapartida a conta 564-Ajustamentos de transição para o SNC-AP no sentido de reconhecer o montante que resulta do período já decorrido face à nova vida útil (CC).

No caso em que o período já decorrido esgota a vida útil preconizada pelo CC para um determinado ativo e a entidade já não lhe reconheça potencial de serviço (por isso, na transição para o SNC-AP, a sua vida útil não é aumentada por meio da reversão das depreciações acumuladas, nos termos da FAQ 25), deve a entidade, no ajustamento de transição, incrementar as depreciações acumuladas pela quantia escriturada do ativo na data de transição, por contrapartida de 564-Ajustamentos de transição para o SNC-AP por forma a que as depreciações acumuladas coincidam com o valor bruto do ativo.

No caso de um edifício que tenha sofrido uma grande reparação, deve, para efeitos de ajustamento de transição, ser considerada a vida útil do edifício preconizada pelo CC, assim como a vida útil adicional, definida pelo CC, que decorre da grande reparação a que o edifício foi sujeito. Admitindo que a nova vida útil total (considerando o período adicional) é inferior à vida útil total definida nos termos do CIBE, as depreciações acumuladas, no momento da transição, devem ser incrementadas tendo por contrapartida a 564-Ajustamentos de transição, por forma a assumir, no balanço de abertura em SNC-AP, o valor que resulta do período já decorrido face à nova vida útil total (incluindo a grande reparação).

Adicionalmente, refira-se que quando não exista informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado dos prédios rústicos ou urbanos, na transição para o SNC-AP, estes podem ficar mensurados ao Valor Patrimonial Tributário (ponto 1.3.13 do Manual da CNC).

Bom trabalho

Caso pretenda algum esclarecimento adicional sobre este tema, consulte o pedido e adicione informação na Descrição, e envie o pedido no prazo de 5 dias. Após este período, o pedido será encerrado.

Com os melhores cumprimentos,
SNC-AP CNC

Esta mensagem foi gerada automaticamente, e a caixa de correio de origem não é monitorizada. Por favor não responda a este e-mail.

08-07-2020

Muito Boa tarde,

Relativamente ao Pedido de apoio n.º 66-852, vimos por este meio indicar que, através da leitura e análise do que se encontra legalmente estipulado, e na sequência da Vossa resposta, datada de 08.07.2020, continua a não ser, de todo, explícito em lado algum como efetivamente se proceder perante a atualização da vida útil em edifícios e outras construções na entrada do SNC-AP e para que a mesma seja uniforme em TODAS as entidades, podendo, por isso gerar cálculos dispersos e leituras diferenciadas do mesmo diploma.

Deste modo, solicitamos a emissão de uma FAQ especificamente destinada a clarificar esta situação e para que possa servir de orientação a TODOS os Municípios portugueses.

Certos da Vossa compreensão e atenção ao nosso pedido, contamos com a Vossa colaboração e disponibilidade para esclarecer esta nossa solicitação com a maior brevidade possível.

Bem-haja pela atenção dispensada.

Com os melhores cumprimentos.

09-07-2020

09/07/2020

Os Meus Pedidos



Página inicial

Os Meus Pedidos

Pedidos Abertos

Pedidos Fechados

Nº de Processo	Data de Criação	Assunto	Entidade	Última Atualização	Estado	Área
66-852	19-06-2020	Pedido de esclarecimento: Tratamento de vida útil ... (newrequest.aspx?id=852)	Município de Oleiros	09-07-2020	Em Curso	Outros

4

Comissão de Normalização Contabilística 2016

Entidade Gestora



Desenvolvimento e apoio técnico



https://www.cnc.snc-ap.pt/private/_layouts/15/eSPap/MyRequests.aspx

1/1

Município de Oleiros

De: "Portal SNC-AP" <secretariado@cnc.min-financas.pt>
Data: segunda-feira, 3 de agosto de 2020 11:43
Para: "MUNOLEIROS" <geral@cm-oleiros.pt>
Assunto: Pedido de Apoio Nº 66-852 - Pedido concluído - "Pedido de esclarecimento: Tratamento de vida útil em edifícios e outras construções na entrada do SNC-AP"

03.AGO.2020
C-3480

Exmo(a) MUNOLEIROS,

O seu pedido com o número 66-852 e assunto "Pedido de esclarecimento: Tratamento de vida útil em edifícios e outras construções na entrada do SNC-AP", foi concluído com a seguinte resolução:

Bom dia,
Tomamos boa nota da sugestão apresentada.
Bom trabalho

Com os melhores cumprimentos,
SNC-AP CNC

Esta mensagem foi gerada automaticamente, e a caixa de correio de origem não é monitorizada. Por favor não responda a este e-mail.

[illegible]

03-08-2020